



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ROMÁRIO FARIAS PEDROSA DOS SANTOS

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO
ESTADO DA PARAÍBA (LEI Nº 11.100/2018): o modelo pedagógico/gestão e os
índices de desenvolvimento educacional**

**GUARABIRA/PB
2020**

ROMÁRIO FARIAS PEDROSA DOS SANTOS

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO
ESTADO DA PARAÍBA (LEI Nº 11.100/2018): o modelo pedagógico/gestão e os
índices de desenvolvimento educacional**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Área de concentração: **Estado, educação e políticas públicas.**

Orientadora: **Profa. Ma. Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira**

**GUARABIRA/PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237 Santos, Romário Farias Pedrosa dos.
Análise da implantação das Escolas Cidadãs Integrais no Estado da Paraíba (lei nº11.100/2018) [manuscrito] : o modelo pedagógico/gestão e os índices de desenvolvimento educacional / Romário Farias Pedrosa dos Santos. - 2020.
87 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.
"Orientação : Profa. Ma. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira, Departamento de Educação - CH."
1. ECI. 2. Integral. 3. Modelo. 4. Paraíba. 5. Política. I.
Título

21. ed. CDD 370

ROMÁRIO FARIAS PEDROSA DOS SANTOS

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO
ESTADO DA PARAÍBA (LEI Nº 11.100/2018): o modelo
pedagógico/gestão e os índices de desenvolvimento educacional**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Especialização em
Educação e Políticas Públicas da
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial para a obtenção do título de
Especialista.

Aprovado em: **30/11/2020.**

BANCA EXAMINADORA

Lívia Maria Serafim Duarte

Profa. Ma. Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Rafael de Farias Ferreira

Prof. Me. Rafael de Farias Ferreira (Examinador)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Cícero Pedroza da Silva

Prof. Me. Cícero Pedroza da Silva (Examinador)
Universidade Federal da Paraíba – UEPB

A todos os Jovens que sonham,
DEDICO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me presentear com a vida. Sou grato por isso, o resto estou conquistando e até aqui venci.

Sou grato a minha família, a minha Mãe Rejane e a meu Pai Márcio por depositarem na educação de seus filhos, Romário, Rejane e Renally, a esperança de dias melhores para aqueles que sonham.

Gostaria de agradecer a minha amiga Manuella Honório, companheira nos mais diversos momentos, que acompanha de perto minha trajetória. A Amanda Dias, pelo companheirismo em nossa aventura pedagógica na cidade de Solânea, no início dessa especialização no ano de 2018.

Gostaria de agradecer imensamente à equipe e aos colegas de trabalho da Comissão Executiva de Educação Integral, em nome de Audiléia Gonçalo (Gerente do Ensino Médio), Michelle Dantas (Especialista em Infraestrutura), Sâmea Damásio (Ex-Especialista em Gestão), José Carlos (Ex-Especialista Pedagógico), Giovana Lira (Especialista dos Cursos Técnicos), Vivianne Sousa (Especialista Pedagógica) e Jonatta Sousa (Especialista em Gestão), por servirem de referência como profissionais e amigos no meu processo de formação.

Gostaria de agradecer ao Secretário Executivo de Gestão Pedagógica do Estado da Paraíba, Gabriel Gomes, pela possibilidade a mim concedida de conhecer mais a fundo a Política de Educação Integral Estadual por meio do convite para integrar o Núcleo de Consultores da Comissão Executiva de Educação Integral.

Gostaria de agradecer à professora Cíntia Regis, por ter, no ano de 2016, me apresentado a uma das oito primeiras escolas Integrais, ECI Padre Hildon Bandeira, no Estado da Paraíba, aguçando minha curiosidade em relação ao modelo.

Gostaria de agradecer imensamente à professora orientadora Lívia pela orientação de forma virtual. Nunca nos encontramos pessoalmente durante a construção desse trabalho, mas a assertividade, sugestões, dicas e críticas construtivas para aperfeiçoamento da monografia foram essenciais.

Gostaria de agradecer aos professores e à coordenação da Especialização em Educação e Políticas Públicas pelo empenho e disponibilidade com a formação dos seus cursistas. Agradeço também ao companheirismo dos/das colegas de turma. Foi uma grande jornada, vencemos!

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer à família ECIT Alfredo Pessoa de Lima, em especial todos os estudantes, que contribuíram, de várias formas, para minha experiência enquanto professor de uma escola integral.

Obrigado a todos/as!

No Brasil, são raros exemplos de experiências surgidas, no plano concreto, nessas últimas décadas. Precisamos continuar criticando-os e aperfeiçoando-os, mas, sobretudo, construir novas alternativas. A denúncia deve ser acompanhada pelo anúncio. De nada adianta atirar pedras nas inovações educacionais. (GADOTTI, 2009, p.27 – 28).

ESPECIALIZAÇÃO

Linha de Pesquisa: Estado, educação e políticas públicas.

Título: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (LEI Nº 11.100/2018): o modelo pedagógico/gestão e os índices de desenvolvimento educacional.

(Autor) – Romário Farias Pedrosa dos Santos - UEPB

(Orientadora) – Profa. Ma. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira - UEPB

(Examinador) – Prof. Me. Rafael de Farias Ferreira - UFPB

(Examinador) – Prof. Me. Cícero Pedroza da Silva - UEPB

RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir o Modelo de Educação Integral denominado de Escola Cidadã Integral que está em processo de implantação no Estado da Paraíba, com 229 escolas no ano de 2020. O objetivo central deste trabalho é realizar uma análise da implantação dessas escolas, criadas por meio da Lei Nº 11.100 de 06 de abril de 2018, analisando as especificidades do modelo pedagógico e de gestão e a evolução dos índices educacionais. Assim, nos propomos a identificar se tal modelo, em termos de aplicabilidade, aceitação e formação integral, está em consonância com o que propõe a formação para integralidade do ser. Para isso, nos utilizamos de pesquisa bibliográfica, para a fundamentação teórica e suas devidas análises, sendo a pesquisa principal realizada por meio de preenchimento de formulário eletrônico (Google Forms), utilizado como estratégia diante da Pandemia do COVID-19, que recebeu respostas de alguns estudantes, professores, gestores e coordenadores das 14 gerências regionais de educação do Estado da Paraíba. No que tange à fundamentação teórica desse trabalho, fazemos uso de autores que integram o grupo dos principais pensadores contemporâneos da educação Integral no país, como, COSTA (2006), MOLL (2012 e 2010), GADOTTI (2010 e 2011). Por fim, identificamos um novo paradigma educacional que se estabelece no Estado da Paraíba, com uma ascensão nos índices educacionais, em meio aos embates, debates, elogios e críticas da comunidade escolar diante da implantação do novo modelo educacional.

Palavras-chaves: ECI; Integral; Modelo; Paraíba; Política.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the Integral Education Model called Integral Citizen School that is being implemented in the state of Paraíba, with 229 schools in 2020. The main objective of this work is to carry out an analysis of the implementation of these schools created through the Law No. 11,100 of April 6, 2018, analyzing the specificities of the pedagogical and management model and the evolution of educational indexes. Thus, we propose to identify whether such a model, in terms of applicability, acceptance and comprehensive training, is in line with what training proposes for the integrality of being. For this, we use bibliographic research, for the theoretical foundation and its due analysis, the main research being carried out by filling in an electronic form (Google Forms), used as a strategy in the face of the COVID -19 Pandemic, which received responses from some students, teachers, managers and coordinators of the 14 regional education administrations in the state of Paraíba. Regarding the theoretical foundation of this work, we use authors who are among the main contemporary thinkers of integral education in the country, such as, COSTA (2006), MOLL (2012 and 2010), GADOTTI (2010 and 2011). Finally, we identified a new educational paradigm that was established in the state of Paraíba with an increase in educational indices, in the midst of clashes, debates, praise and criticism from the school community regarding the implementation of a new educational model.

Keywords: ECI; Integral; Model; Paraíba; Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Tabela com composição salarial de Professores e Coordenadores de uma Escola Cidadã Integral.....	32
Figura 2	– Fotografia do Ginásio Pernambucano – RECIFE/PE.....	34
Figura 3	– Estados atendidos pelo ICE por modalidade de Ensino.....	36
Figura 4	– Estrutura Organizacional da Escola.....	37
Figura 5	– Ampliação da jornada escolar.....	38
Figura 6	– Matriz curricular das Escolas Cidadãs Integrais propedêuticas.....	39
Figura 7	– Capa do livro: professores em ação.....	48
Figura 8	– Capa do Google Forms da equipe escolar.....	54
Figura 9	– Capa do Google Forms dos estudantes.....	54
Figura 10	– Parceria com o Instagram @ECINFERNO para veiculação da pesquisa de estudantes e equipes escolares.....	55
Figura 11	– Veiculação da pesquisa via LINKTREE no perfil pessoal	55
Figura 12	– Mapa das gerências regionais de educação da Paraíba.....	56
Figura 13	– Nuvem de palavras com os principais desafios da ECI.....	71
Figura 14	– Nuvem de palavras com as diferenças entre o modelo Integral e o modelo regular.....	75
Figura 15	– Nuvem de palavras com os desafios apontados pelos estudantes.....	77
Figura 16	– Nuvem de palavras com as disciplinas preferidas dos estudantes.....	79
Figura 17	– Resultados do IDEB 2019.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Número de escolas cidadãs integrais – por tipo de escola.....	44
Gráfico 2	– Respostas por GRE da equipe escolar.....	57

Gráfico 3	Respostas por GRE dos estudantes.....	57
Gráfico 4	IDADE – Equipe escolar.....	58
Gráfico 5	Função – Equipe escolar.....	59
Gráfico 6	Vínculo de trabalho.....	59
Gráfico 7	Grau de formação.....	59
Gráfico 8	Formação da Equipe escolar.....	59
Gráfico 9	Tempo de serviço no estado.....	60
Gráfico 10	Tempo de serviço em uma escola integral.....	60
Gráfico 11	Idade dos estudantes que responderam o questionário.....	61
Gráfico 12	Ano que está cursando.....	62
Gráfico 13	Quantos anos estudando em uma ECI.....	62
Gráfico 14	Ano de curso X tempo de estudo em uma ECI.....	63
Gráfico 15	Avaliação do modelo pedagógico e de gestão pela equipe escolar.....	64
Gráfico 16	Avaliação da progressão dos conhecimentos dos estudantes pela equipe escolar.....	65
Gráfico 17	Interesse de retorno para uma escola regular.....	68
Gráfico 18	Satisfação com a composição salarial: Contratados X Efetivos.....	69
Gráfico 19	Avaliação da formação continuada nas escolas integrais.....	70
Gráfico 20	Resposta dos estudantes quanto à importância da educação integral na sua formação.....	74
Gráfico 21	Participação dos estudantes em ações protagonistas.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produções acadêmicas referentes a ECI.....	45
Tabela 2	Matérias que expõem ações da ECI na Paraíba.....	50
Tabela 3	Respostas dos professores quanto à nota da progressão dos conhecimentos dos estudantes no Modelo Integral.....	66
Tabela 4	Resposta dos professores quanto a um fato marcante vivido na ECI.....	72

Tabela 5 –	Resposta dos estudantes quanto às diferenças do modelo integral para o regular.....	76
Tabela 6 –	Top 12 das escolas com as maiores notas do IDEB 2019.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECI	Escola Cidadã Integral
ECIT	Escola Cidadã Integral Técnica
ECIS	Escola Cidadã Integral Socioeducativa
SEECT	Secretária Estadual de Educação Ciência e Tecnologia
CEEI	Comissão Executiva de Educação Integral
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PNE	Plano Nacional de Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação
CENPEC	Colóquio Nacional de Educação Integral
COVID	Corona Vírus Disease
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CIEPS	Centro Integrado de Educação Pública
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Valorização dos Profissionais da Educação
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
EMTI	Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
TGE	Tecnologia de Gestão Educacional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação
CONSED	Conselho Nacional de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
GRE	Gerência Regional de Educação
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

PT Partido dos Trabalhadores
PSB Partido Socialista Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX.....	21
2.1 Movimentos no Brasil.....	21
2.2 Cenários para a educação Integral a partir de 1934.....	24
2.3 Lei 11.100 de 06 de abril de 2018.....	29
3. MODELO DA ESCOLA INTEGRAL ELABORADO PELO INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE.....	34
3.1 Implantação e expansão da Escola Cidadã Integral no estado da Paraíba.....	43
3.2 Estado da arte.....	44
3.2.1 Produções Acadêmicas.....	45
3.2.2 Imprensa.....	49
4. RESULTADO EDUCACIONAIS DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO ESTADO DA PARAÍBA.....	53
4.1 Metodologias da pesquisa.....	53
4.2 Caracterização do Público-Alvo.....	52
4.2.1 Equipe escolar.....	58
4.2.2 Estudantes.....	61
4.3 Análise das respostas.....	63
4.3.1 Respostas qualitativas e quantitativas da equipe escolar.....	63
4.3.2 Respostas quantitativas e qualitativas dos estudantes.....	74
4.4 IDEB.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

A Educação Integral não é uma discussão recente. Quando consultamos a história da Educação Integral no Brasil, nos deparamos com uma rede de acontecimentos, a princípio tímidos, com movimentos e projetos isolados, mas que seguiram em contínua expansão, principalmente a partir do novo século, neste que, dentre outros debates e embates, observou-se a intensificação das discussões sobre a Educação Integral culminando na criação de políticas públicas mais sólidas, que asseguram esta proposta educacional para crianças e adolescentes no país.

Tal discussão, em relação à oferta de uma Educação Integral no Brasil, já se fazia presente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, e foi amplamente defendido pelos educadores brasileiros Anísio Teixeira (1900-1971) e Darcy Ribeiro (1922-1997), que desenvolveram e aplicaram projetos concretos, respectivamente nas décadas de 1950 e 1980, porém não deram sequência em sua efetivação como modelo educacional.

Posteriormente, a discussão se intensificaria, se faria presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996) e no Plano Nacional de Educação - PNE de 2001 a 2010. Em 2007, seria criado o Mais Educação, um programa governamental com a proposta de melhoria da educação por meio da oferta de uma educação integral. No atual Plano Nacional de Educação (2011-2022), em sua meta 6, objetivava-se que o país atinja 50% das unidades escolares com ensino integral até o ano de 2024, o que evidencia a crescente discussão sobre a Educação integral, que hoje se faz presente nos estados da federação.

Essa Política Pública, em esfera federal, possibilitou a criação da Política Pública Estadual de Educação Integral, implantando um novo modelo educacional em que o ensino regular é substituído pela proposta de educação integral com o intuito de proporcionar uma educação com processos mais eficazes na formação do ser humano frente aos desafios do século XXI, marcado pela intensa necessidade de inovação e reflexão de nossa atuação enquanto ser social.

Tal programa é gerido pelo Governo do Estado e, de acordo suas diretrizes, visa à formação do ser humano em sua integralidade ao ofertar uma educação em tempo integral, cujo Plano Estadual de Educação (2015-2025), em consonância com o Plano Nacional de Educação, também prevê a meta de 50% das escolas públicas

da rede estadual ofertando o Ensino Integral até o ano de 2025. Em 2020, são 228 escolas integrais implantadas em todas as 14 Gerências de Educação.

Diante do que foi exposto, observamos um número crescente e anual de implantação de um novo modelo de educação integral nas escolas do Estado da Paraíba que está chegando ao quinto ano de expansão, mas carece de uma análise acadêmica quanto às especificidades desse novo modelo, como também dos índices educacionais obtidos por essas escolas, visto que a produção acadêmica referente a esse novo paradigma educacional no estado tem pouca expressão. Então, diante dessas questões, torna-se pertinente discutir sobre qual têm sido os avanços e percalços da implantação da educação integral no estado da Paraíba?

Assim, este trabalho tem o objetivo central de realizar uma análise da implantação das Escolas Cidadãs Integrais no Estado da Paraíba, criada por meio da Lei 11.100 de 06 de abril de 2018, identificando as especificidades do modelo pedagógico/gestão, e os índices de desenvolvimento educacional que essas instituições obtiveram em quase cinco anos de expansão, como o IDEB.

Para isso, lançamos mão de alguns objetivos específicos que esse trabalho se propõe a almejar: a) Analisar quais são os avanços educacionais, e a percepção e vivências dos envolvidos nesse processo; b) Evidenciar quais são as experiências de êxito, assim como as possíveis diferenças entre as modalidades de ensino regular e integral; c) Evidenciar os desafios, avanços e potencialidades do modelo pedagógico e de gestão das Escolas Cidadãs Integrais, por meio das falas do estudantes e professores que, diariamente, frequentam estas instituições de ensino, em papéis distintos mais indissociáveis.

Além dessas análises, faremos um levantamento quanto à produção científica e midiática, por meio de congressos, jornais, sites e blogs, relacionada às discussões sobre a implantação e os desenvolvimentos das ações nas Escolas Cidadãs Integrais.

Assim, será possível compreender como se desenvolve a ECI por meio do seu modelo pedagógico/gestão, o que se discute em esfera acadêmica, como a mídia entende as escolas integrais e quais são seus ganhos em termos de dados de avaliações externas, sendo possível construir uma reflexão quanto a esse novo paradigma educacional no estado da Paraíba em plena expansão.

Para isso, este trabalho, centrado na análise da política pública de educação integral no estado da Paraíba, discutirá o modelo de educação integral do ICE (2020),

e suas especificidades na Paraíba por meio dos documentos norteadores da educação integral no estado (2020).

Para fins de discussão teórica, nos utilizaremos de autores como MOLL (2012), com o livro *Caminhos da Educação Integral no Brasil*, e GADOTTI (2009), com o livro *Educação Integral no Brasil - inovações em Processo*, além de publicações que surgiram a partir de discussões em Colóquios Nacionais, como o de Educação Integral do CENPEC (2010).

A pesquisa, a princípio, foi realizada por meio de levantamentos bibliográficos e análise documental, para a construção do referencial teórico. Em seguida, foram coletadas Referências Bibliográficas e publicações em jornais e sites, e em outros veículos de comunicação.

Com a finalidade de entender o processo de adaptação, vivências e impactos nos envolvidos no processo, foi realizada a aplicação de questionários com perguntas qualitativas e quantitativas. A ideia seria realizar um Grupo Focal com estudantes e professores para compreender o processo de implantação das ECI, mas, por causa da pandemia da COVID-19, esse processo precisou ser reavaliado.

Além disso, fazemos uso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos anos de 2015, 2017 e 2019 para evidenciar, por meio da análise dos dados, se houve avanços substanciais no que tange à melhoria da oferta de educação na Escola Cidadã Integral após processo de implantação.

Esse trabalho se subdivide em cinco capítulos, sendo o primeiro a INTRODUÇÃO, com a exposição das propostas gerais a serem debatidas. No capítulo dois, intitulado RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX, serão expostas as principais discussões e marcos legais que culminaram na criação de políticas públicas de educação Integral.

O capítulo três, com o título: MODELO DA ESCOLA INTEGRAL ELABORADO PELO INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE E SUA IMPLANTAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA, realizará uma análise do modelo integral, bem como evidenciará o processo de implantação da Educação Integral no Estado.

O capítulo quatro, sob o tema RESULTADOS EDUCACIONAIS DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO ESTADO DA PARAÍBA, fará a exposição e análise dos dados coletados por meio da pesquisa com estudantes e professores, bem como por meio da análise dos dados do IDEB, refletindo quais

impactos esse novo paradigma educacional proporcionou na educação estadual. No último capítulo, tecemos as CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Evidenciamos, portanto, um novo paradigma que se estabelece na Paraíba por meio de um novo modelo Pedagógico e de Gestão que apresenta dados consideráveis quanto à melhoria da educação pública no Estado, liderado pelas escolas Cidadãs Integrais. Os dados iniciais refletem que o modelo integral possibilitou, entre debates e embates da comunidade escolar, um aumento na melhoria das avaliações externas.

2 - RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX

A educação Integral não é uma discussão recente. Na Grécia antiga, a educação integral já era discutida por meio da PAIDEIA, termo que significava a “educação dos meninos” em livre interpretação, mas que, na verdade, era um processo educativo no qual, por meio da educação, era propiciada a formação do ser humano em todos os aspectos de sua vida (BARTOLINI; NUNES, 2018).

Um dos filósofos gregos que teve forte influência na educação no período Clássico Grego entre 500 e 400 a.C. foi Aristóteles. Gadotti aponta que, para esse filósofo, a educação integral “desabrochava todas as potencialidades humanas” (2009, p. 21). Assim, podemos evidenciar que a educação integral, com suas raízes gregas, compreendia o ser humano com um ser de múltiplas dimensões, e que precisa todas essas dimensões desenvolvidas para uma plena atuação em sociedade.

2.1 Movimentos no Brasil

Em uma retrospectiva histórica da Educação Integral no Brasil, é importante citarmos movimentos que levantaram a bandeira da educação integral entre os séculos XIX e XX, um período decisivo para educação no Brasil, que mesmo com algumas ações isoladas e com ideias que consideraríamos desconexas quanto à ideia de educação integral que temos hoje, representam algumas das bases que alicerçam um pouco do pensamento de educação integral brasileira.

O **Movimento Anarquista** surgiu por volta do século XX em alguns países. Eles tinham seus princípios baseados no combate ao capitalismo e na derrocada do Estado, pois acreditavam que o ser humano era um ser independente e que não necessitava do Estado nem da religião, pois eles podiam fazer sua autogestão. Dessa forma, buscavam mudar a sociedade e, para isso, se utilizavam de alguns métodos que podiam ser considerados radicais.

No Brasil, o movimento foi impulsionado pela imigração de europeus dentre outras contribuições de pensadores brasileiros. Tendo em vista o grande quantitativo de analfabetos que o Brasil possuía no período da Primeira República, o movimento anarquista observou a necessidade de se pensar em um modelo de educação, tanto

para circular a propaganda do movimento anarquista, como formar um cidadão que fosse livre das amarras sociais, por meio dos processos educacionais.

De acordo os autores Leite, Carvalho e Pimentel, escritores dos módulos do Curso de aperfeiçoamento Docência em Escola de Tempo Integral, da UFMG, cujo Volume I realiza uma explanação histórica desses movimentos no Brasil, para os anarquistas:

A ação educacional era imprescindível para a transformação das relações sociais e econômicas, com a intenção de instituir uma sociedade fraterna, igualitária e democrática. [...] por isso a importância de criar um modelo pedagógico baseado na liberdade e na igualdade, que eliminasse as relações autoritárias presentes na escola tradicional à época. (2010, p.11-12).

Evidenciamos, então, um movimento que propunha a mudança paradigmática da sociedade quanto à dominação do Estado, ao mesmo passo em que existia uma carência social em relação à formação básica. Assim, a escola, para os anarquistas, se rebelava com o modelo tradicional burguês e instituía uma nova forma de educar, incluindo as mulheres nesse processo. Barreto e Uglar, no artigo O Movimento Anarquista na Educação Brasileira destaca que:

As escolas anarquistas, de forte influência da Escola Moderna, foram uma resposta ao ensino dogmático e burguês fornecido pela Igreja e pelo Estado de forma raramente acessível ao trabalhador pobre. Com sua conformação muito avançada para o período que vai de 1890 a meados de 1930, essas escolas escandalizavam as camadas mais conservadoras da sociedade ao propor a coeducação entre sexos e a igualdade de gênero, por meio de um ensino único para meninos e meninas. [...] A pedagogia anarquista propõe a educação integral do indivíduo, preparando-o para a vida social, dissociando o trabalho manual do trabalho intelectual. Esse tipo de educação, jamais poderia ser oferecido pelo Estado, pois não serve aos seus interesses. (2016, p. 124 e 128).

É baseado nesses princípios que surgem as escolas anarquistas no início do século XX, intituladas Escolas Modernas. Essas instituições eram pagas e possuíam, em seu currículo, dentre outras disciplinas: desenho, gramática, datilografia e geografia, com a ideia da formação integral do indivíduo para atuação em sociedade, além de serem contrárias aos métodos punitivos das escolas ditas tradicionais.

Por causa disso, muitas foram perseguidas pela igreja, principalmente pela educação de ambos os sexos. As escolas eram vistas como um centro de formação de desordeiros. O Estado também as perseguia, pois eram lhes atribuídas

responsabilidades de “atos terroristas”. Por essa razão, muitas escolas com ideais anarquistas foram fechadas e muitos registros perdidos durante a ditadura militar.

O **Movimento Integralista** vai na contramão, em termos de ideologia e de modelo pedagógico, do que pregava o movimento anarquista e, conseqüentemente, as escolas modernas baseadas nos princípios anarquistas.

O movimento integralista tinha seus princípios fundamentados no Nacionalismo e na Espiritualidade com um forte viés conservador. A pesquisadora Coelho (2005), em seu artigo sobre Educação Integral e Integralismo, aponta que a educação para os integralistas seria um [...] “prolongamento do lar”, ou seja, alicerçado em um dos pilares da tríade Deus, Pátria, Família, o movimento construía a imagem da instituição educativa ideal” (p.85). Assim, tínhamos uma educação, com ideias de formação integral, mas que servia aos interesses do Estado e da igreja ao formar um trabalhador nacionalista fundamentado na fé cristã.

A educação feminina no movimento integralista era diferente da educação dos homens. Primeiramente, o Integralismo era um forte opositor ao feminismo e acreditava na mulher enquanto uma ajudante do marido, assim a mulher na educação era preparada para uma atuação no âmbito familiar. E, se quisessem trabalhar, eram encorajadas, caso liberadas pelos maridos, a se tornarem professoras das escolas integralistas, com pautas voltadas para educação doméstica (FERREIRA, 2006).

Leite, Carvalho e Pimentel realizando uma análise sobre os movimentos integralistas e anarquistas pontuam que:

Os anarquistas, com o princípio da igualdade e da verdade humana, faziam uma clara opção pelos aspectos emancipadores da formação humana. Já os integralistas, ao enfatizarem a espiritualidade, o nacionalismo cívico e a disciplina, explicitavam aspectos da formação humana de cunho mais conservador. (2010, p. 16).

Mesmo a expansão do movimento integralista ter alcançado várias pessoas e estados no país com mais de 3.000 escolas integralistas de acordo Coelho (2005), e o movimento ter um caráter de Estado forte e repressor, eles foram perseguidos durante a era Vargas e foram reduzidos a um ponto de não conseguirem mais uma organização expressiva até os dias atuais, além das consideráveis transformações pelas quais passou o cenário educacional brasileiro.

O **Movimento Escola Nova**, talvez um dos mais conhecidos e um dos que mais impactou a história da educação brasileira, amplamente conhecido pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação publicado em 1932, teve influência do

pensamento de John Dewey (1859-1952). Dentre os apoiadores do movimento, se destacavam grandes nomes da educação Brasileira, como Anísio Teixeira e C. Delgado de Carvalho.

O manifesto rompia com os ideais tradicionais de educação, pregava um ensino laico, educação para meninos e meninas e centrava a ação do educador enquanto um facilitador da aprendizagem. Leite, Carvalho e Pimentel, fazendo uma análise do pensamento de John Dewey, e o movimento Escola Nova, destaca que, para eles:

A educação deve ter como eixo norteador a vida-experiência e a aprendizagem, reiterando que a função da escola é propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro da vida de cada indivíduo. (2010, p. 17).

É importante destacar que o próprio documento do Manifesto dos Pioneiros da Educação, organizado pelo pensador Fernando de Azevedo, com a contribuição de 26 educadores, intitulado A reconstrução Educacional no Brasil: ao povo e ao governo, expunha a educação integral como um direito biológico, “reconhecendo a todo indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais”. (2006, p. 191).

O manifesto influenciou e ainda influencia gerações de pensadores/educadores brasileiros que se baseiam nos princípios levantados pelo movimento da Escola Nova, com suas bandeiras da educação para a democracia, educação pública e universal, integração social, laicidade e obrigatoriedade do ensino.

2.2 Cenários para a educação Integral a partir de 1934

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), cuja proposta era a renovação da escola tradicional no país, expunha como um direito biológico a formação integral do ser humano, cabendo ao Estado assegurar este direito, ofertando uma acessibilidade dos cidadãos à escola, com estratégias que propiciassem o desenvolvimento das crianças e adolescentes para além dos conteúdos escolares (AZEVEDO, et. al. 1932).

Em matéria de projetos aplicados, temos como referência inicial dois pensadores da educação brasileira que vigoram como os precursores deste projeto educacional no país: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Anísio Teixeira, um dos apoiadores do Manifesto da Educação, foi o precursor da aplicação de um projeto de Educação Integral no Brasil que lhe deu projeção internacional. À frente da Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, Instalou o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro em 1950, conhecido como a Escola Parque, que visava à formação de um cidadão consciente e preparado para as transformações que o país sofria.

Posteriormente, quando Anísio se encontrava frente ao INEP, esse projeto seria pensado para ser implementado em Brasília, onde seriam instaladas 28 escolas. Poucos anos após a inauguração da primeira escola, junto com a inauguração de Brasília em 1960, foi constatado que o projeto teria fugido das bases nas quais foi erguido, levando o próprio Anísio Teixeira a confirmar a desfiguração do projeto (GADOTTI, 2009).

Darcy Ribeiro teve forte influências de Anísio Teixeira, em suas ideias para a educação do país (ERNICA, 2006. Trabalharam em alguns projetos, como o da criação da Universidade de Brasília – UnB, mas, com o golpe militar de sessenta e quatro e o advento do exílio, o projeto, assim como vários outros, foi interrompido.

Após o Regime Militar, Darcy retorna ao Brasil, é eleito vice-governador do Rio de Janeiro em 1982 junto com Leonel Brizola (1922-2004) e implanta, visando à melhoria educacional no estado, a escola de tempo integral, com a criação dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPS. Ao todo, foram 500 CIEPs nos dois mandatos de Brizola. “Darcy tentava, assim, concretizar o ideal de escola em tempo integral que há mais de meio século Anísio sonhara implantar” (CHAGAS, SILVA e SOUZA, 2012, p.78).

A idealização das CIEPS, assim como as escolas parque de Anísio Teixeira, mesmo seu projeto sendo levado a planejamentos em caráter nacional no governo de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), foram interrompidos (GADOTTI, 2009). Anísio e Darcy deixaram um legado de seu pensamento educacional para o país com propostas de inovação que, mesmo tendo sido levados ao fracasso, ainda permeia a produção dos pensadores da educação.

Ao debaterem sobre as contribuições de Anísio e Darcy, Chagas, Silva e Souza, em seu artigo intitulado Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro: contribuições para o debate atual, afirmam que:

Se seus projetos foram arrebatados pela descontinuidade das políticas públicas, característica de nossa cultura política, suas ideias proliferaram entre alguns educadores e intelectuais da educação (2012, p.72).

Outro marco para a educação integral no Brasil advém da Constituição de 1988 que, de acordo Moll (2010, p. 73) ao afirmar um série de direitos ao cidadão, a Constituição traria um “espírito de integralidade formativa”. Posteriormente, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que, em seu artigo 34, já fazia referência à ampliação do tempo de permanência diário do estudante na escola. O Plano Nacional de Educação (2001-2011), também fazia menção ao direito do ensino Integral a crianças e adolescentes.

Em 2007, o então presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores - PT, lança o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que destina recursos, dentre outras modalidades de ensino, para as escolas de Tempo Integral.

Vale salientar que, no dia 25 de agosto de 2020, foi aprovado o novo FUNDEB, que passa a vigorar em nossa Constituição por meio da Emenda Constitucional 108/2020 e da PEC15/2015, garantindo uma maior qualidade e equidade no sistema público de educação. O FUNDEB, que complementava em 10% os repasses da educação, passará a repassar 23% até o ano de 2026, destinando recursos para os municípios que mais carecem desse investimento.

Retomando nossa retrospectiva histórica, no ano de 2007, também é criado o Programa Mais Educação, um programa educacional que teria como objetivo propiciar a construção de outros saberes nos educandos através dos macrocampos propostos, com atividades no contraturno em que o estudante foi matriculado. O programa repassava dinheiro diretamente às escolas, tanto para compra de materiais pedagógicos, quanto para alimentação.

Jaqueline Moll, que foi Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, estando à frente do desenvolvimento dessa política de Educação Integral, aponta que, antes do ano de 2007, não havia “ações indutoras, por parte do Governo Federal, para implementação dessa política” (2010 p.71), o que mudou a partir da implementação do Mais Educação. Ela aponta que:

O Mais Educação constitui-se também como uma ação pedagógica que trabalha com uma perspectiva de política afirmativa ou como uma ação de

discriminação positiva, necessária em um país que sempre distribuiu bens, saberes e serviços tardia e desigualmente (MOLL, 2010, p. 73).

No ano de 2017, após o Golpe que ocasionada o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que deu lugar a seu vice, Michel Temer, o Mais Educação passou por uma reformulação, assumindo o nome de Novo Mais Educação, porém o programa passava a ser, basicamente, um reforço de Português e Matemática, perdendo o seu caráter de formação integral. Por fim, no ano de 2019, já sob o Governo de Bolsonaro, o programa foi descontinuado.

Outro Programa Governamental de ensino Integral era o Ensino Médio Inovador - PROEMI, instituído pela Portaria Nº 971, de 09 de outubro de 2009. O programa estendia a permanência dos estudantes na escola e ofertava atividades em campos de integração no contraturno, como versa a portaria:

I- Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa/Matemática); II- Iniciação Científica e Pesquisa; III-Mundo do Trabalho; IV-Línguas Adicionais/Estrangeiras; V-Cultura Corporal; VI-Produção e Fruição das Artes; VII-Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital; VIII-Protagonismo Juvenil (MEC, 2009, s/p).

Na Paraíba, o Mais Educação e o PROEMI, foram implementados em algumas escolas a partir do ano de sua criação, mas foram sendo descontinuados. Observa-se que esses programas deram um panorama inicial para o que viria a ser uma política de educação integral nacional posteriormente, possibilitando a elaboração de uma proposta de educação integral que estivesse de acordo com as necessidades específicas de cada estado e de cada município.

No histórico da educação Integral no Brasil, evidencia-se a discussão e a tentativa de implementação de um modelo educacional que vise à formação do ser humano para além dos conteúdos escolares. Entretanto, o país não possui, de forma universal, um modelo pedagógico específico de educação integral, sendo competência dos estados e municípios a responsabilidade por sua criação e gerência.

Em matéria de leis, que versam sobre a educação integral, podemos citar algumas que vigoram como novos marcos legais da implantação e fomento à Educação Integral que regulamentam o tempo de permanência dos estudantes na escola e destina recursos para sua implementação.

Iniciando pelo Plano Nacional de Educação, em vigor por meio da Lei Nº 13.005/2014, que traz em sua Meta nº 6 a proposta de ampliação da educação pública regular para o tempo integral, tem-se como objetivo “oferecer educação em tempo

integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014, s/p).

Temos, então, um Plano Nacional de Educação que lança mão de uma meta bem como estratégias para que, com o intuito da elevação dos índices educacionais no país, a educação integral possa ser implantada. Com base nas metas do PNE, e suas estratégias foi lançada a lei de Nº 13.415 de 2017.

A lei Nº 13.415 de 2017 versa sobre a Reforma do Ensino Médio e prevê a ampliação da Jornada Diária na Escola. As escolas com funcionamento regular passam a ampliar sua jornada diária de 800 para até 1.000 horas em cinco anos, podendo chegar até 1.400 horas, o que, a princípio, sugere uma formação integral.

De acordo com a Lei, Nº 13.415/2017, em seu § 7º:

Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (BRASIL, 2017, s/p).

Porém, vale salientar que apenas esse aumento não é o suficiente para se assegurar um modelo de escola que forme o estudantes de maneira Integral, tendo em vista que uma escola Integral não leva em consideração unicamente o tempo de permanência do estudante no ambiente escolar. É bom ressaltar também que a lei teve um caráter imediatista do Governo Temer (ANDES, 2017) que impetrou a Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016, sem um diálogo com os setores competentes, e posteriormente se tornou a Lei, Nº 13.415/2017.

Foi com base na Medida Provisória Nº 746/2016 que é lançado o Programa de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral EMTI com a Portaria 1 - Nº 1.145 de 10 de outubro de 2016 que, dentre outras coisas, previa, para as escolas contempladas, a jornada semanal de 2.250 minutos de horas aulas, ou seja, 45 aulas semanais, com uma jornada diária de 9 aulas, destinando R\$ 2.000 reais anuais por estudante matriculados na escola de acordo a resolução do FNDE, Nº 7 de 03/11/2016.

O Programa de Fomento segue em funcionamento e, até o momento, foram lançadas mais 3 portarias para seleção de escolas e destinação de recursos: Portaria 2 – Nº 727/ 2017, Portaria 3 - Nº 1.023/2018 e portaria 4 – Nº 2.116/2019. Além dos recursos destinados para os estados, as portarias estipulam algumas normas, dentre

essas, a instalação da Comissão Responsável pela implantação das EMTI nas redes estaduais de Educação, e os padrões arquitetônicos específicos que as escolas devem possuir para receber o fomento, que seria: “Biblioteca ou Sala de Leitura - 50 m², 2. Salas de aula (6) - mínimo 40 m² cada, 3. Quadra poliesportiva - 400 m², 4. Vestiário masculino e feminino - 16 m² cada, 5. Cozinha - 30 m² 6. Refeitório”. (FNDE, 2019, s/p).

No ano de 2020, o Estado da Paraíba possui 76 escolas dentro do Programa de Fomento as Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral, de acordo com a quantidade de vagas disponibilizadas, sendo que, atualmente, a Paraíba possui 229 escolas de Ensino Médio Integral, o que corresponde a 50% das escolas de Ensino Médio no Estado.

Vale salientar que nem todas as escolas integrais da Paraíba possuem o Padrão arquitetônico do MEC. Além disso, algumas escolas que estão dentro do padrão solicitado não recebem o fomento por causa do quantitativo específico de vagas distribuídas para os estados da federação.

2.3 Lei 11.100 de 06 de abril de 2018

No ano de 2018, a lei 11.100 representou um Marco Legal no Estado da Paraíba para a implantação das Escolas Integrais no Estado. Vale ressaltar que antes da lei, no ano de 2018, o estado já possuía 100 escolas integrais, sendo asseguradas por meio do Decreto Nº 36.408 de 30 de novembro de 2015, que foi reformulado por meio da Medida Provisória de Nº 267 de 07 de fevereiro de 2018, e posteriormente sendo definitivamente instituída por meio da Lei 11.100 de 06 de abril de 2018 na qual, em seu Artigo 1º, determina que:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado da Paraíba, o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas - ECIS, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de planejar e executar um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e qualidade do ensino na Rede Pública Estadual. (PARAIBA, 2018, s/p).

A lei traz algumas especificações quanto ao modelo de Escola Integral implantado no Estado da Paraíba que sofreu grandes influências da Escola da Escolha, modelo criado no Estado de Pernambuco por meio do Instituto de

Corresponsabilidade pela Educação, o ICE. A lei se alinha com a Filosofia de Antonio Carlos Gomes da Costa, um dos pensadores do modelo, que possui uma literatura referente à educação, juventude e socioeducação, além de refletir os ideais do ICE, que propõe que a educação integral é um:

Processo de desenvolvimento humano que se dá por intermédio do ensino e da aprendizagem dos diversos atores que atuam colaborativamente: escola, família e comunidade, considerando todas as dimensões humanas da formação (corpo, intelecto, espírito e emoção). (ICE, 2020, s/p)

Já a lei 11.100, em seu Artigo 6^a, item II expõe que o desenvolvimento integral seria:

Consideração das dimensões social, emocional, cognitiva e cultural dos estudantes, bem como o exercício da cidadania e apoio à construção dos seus Projetos de Vida durante todo o processo de ensino e aprendizagem da Educação Básica. (PARAIBA, 2018 p. 01).

Dentro dessa perspectiva, observamos uma palavra que se repete entre as duas definições: **dimensões**. Moacir Gadotti (2009, p.21) cita que “O ser humano é um ser de múltiplas dimensões que se desenvolve ao longo de toda a vida”. A partir dessas definições, compreendemos, então, que o ser humano precisa experimentar e adquirir diversos saberes para atuar diante da diversidade de espaços e desafios que lhe são postos diariamente, caminhando, assim, para uma formação integral.

A lei 11.100, ainda traz, em seu Artigo 3, os objetivos específicos das ECI's:

I – formar cidadãos solidários, socialmente ativos e competentes; II – desenvolver processos formativos para fomentar o protagonismo juvenil; III – desenvolver aptidões individuais dos estudantes; IV – conscientizar os estudantes acerca de suas responsabilidades individual e social; V – proporcionar um ambiente de aprendizagem interdimensional; VI – prover as condições para a redução dos índices de evasão escolar, de abandono e de reprovação, bem como acompanhar a sua evolução no âmbito das escolas em tempo integral; VII – ampliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, tanto no componente de fluxo quanto no de proficiência, de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação; VIII – aplicar metodologias, estratégias e práticas educativas inovadoras introduzidas e consolidadas pela equipe de implantação do Programa de Educação Integral, assegurando aos estudantes as condições para a construção dos seus Projetos de Vida (PARAÍBA, 2018, p. 01).

Com esses objetivos, observamos a proposição de se alcançar uma formação que seja voltada para a integralidade do ser humano, com a intenção da redução dos

baixos índices escolares por meio de estratégias educacionais focadas nos estudantes e o desenvolvimento de seu Projeto de Vida.

A lei também modifica a estrutura de funcionamento da escola, passando a funcionar com um Gestor, um Coordenador Pedagógico e um Coordenador administrativo Financeiro que vão, em tríade, desenvolver ações de acordo com as especificidades de suas atribuições, sendo os professores e o trio gestor, submetidos ao Regime de Dedicção Docente Integral, o RDDI conforme versa o Artigo 5^a da lei:

Parágrafo Único: Os professores das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas terão sua carga horária dividida da seguinte forma: I – 28 (vinte e oito) horas semanais em sala de aula, inclusive em atividades multidisciplinares; II – 12 (doze) horas semanais dedicadas a Estudos, Planejamento e Atendimento – EPA, a serem realizadas no ambiente escolar ou em atividades pedagógicas propostas pela escola em ambientes didáticos planejados, estando disponíveis para, além do exercício de suas atividades, substituir outros professores ausentes em virtude de afastamento planejado ou não, quando necessário. (PARAÍBA, 2018, p. 01).

Com isso, os profissionais das escolas Integrais passam a atuar em Regime de 40 horas semanais, sem a possibilidade de ter outro vínculo diurno, fazendo com que professores concursados com 2 matrículas, sendo uma no município e outra no estado, tenha que atuar no período noturno no município, ou não opte em continuar em uma Escola Integral, pedindo transferência para uma regular. Já os profissionais com 2 matrículas no Estado continuam na escola com a carga de 40 horas semanais.

Vale salientar que o ingresso de profissionais na Escola Integral ocorre por meio de seleção de servidores com Matrícula na Rede Estadual, ou seja, não ocorre a efetivação para não-efetivos, e os efetivos podem solicitar transferência, ou optar em realizar a seleção conforme orientação da lei 11.100:

Art. 12. Para fins de recrutamento de Professores, Diretores, Coordenadores Administrativo- Financeiros e Coordenadores Pedagógicos das escolas, a Secretaria de Estado da Educação poderá selecionar profissionais mediante critérios objetivos e impessoais, por meio de processo seletivo, conforme regulamentação a ser expedida pelo titular da Secretaria de Estado da Educação. (PARAÍBA, 2018, p. 02).

Observa-se, com essas constatações, que há um certo movimento que envolve seleção e possíveis transferências de Professores efetivos e contratados, podendo causar impacto de caráter pessoal em suas rotinas, principalmente quando o professor não opta pela escola integral, tendo de ser transferido para uma outra cidade

ou escola para complementar sua carga horária. Nesse processo, o professor contratado que dispor de 2 vínculos diurnos precisa optar pela Integral ou Regular.

Outra questão importante é a composição salarial. Na regular, o professor contratado ou o efetivo trabalha no regime de 30 horas semanais com direito ao vencimento base e à bolsa desempenho. Na Escola Integral, como já observamos na lei 11.100, passam a trabalhar no regime de 40 horas semanais com direito a mais uma bolsa. De acordo Edital N° 043/2019–GS/PB, que selecionou professores e equipe gestora para a as escolas integrais no ano de 2012, a composição salarial era formada pelo salário-base e demais bolsas, como mostra a Figura 01.

Figura 1 – Tabela com composição salarial de Professores e Coordenadores de uma Escola Cidadã Integral

FUNÇÃO	COMPOSIÇÃO SALARIAL
Professor das Escolas Cidadãs Integrais e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas	Vencimento + Bolsa de Desempenho Profissional ¹ + GHA* + Bolsa Escola Cidadã **
Coordenador Pedagógico das Escolas Cidadãs Integrais e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas	Vencimento + Bolsa de Desempenho Profissional ¹ + Bolsa Escola Cidadã **
Coordenador Administrativo-Financeiro das Escolas Cidadãs Integrais e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas	Vencimento + Bolsa Escola Cidadã **

¹Decreto n° 38.064, de 29 de janeiro de 2018.

* Gratificação por hora/aula, prevista na Lei Estadual n° 8.718/2008

** Bolsa Escola Cidadã, em conformidade com a Lei n° 11.100 de 06 de abril de 2018.

Fonte: ECIPB, 2020.

A Bolsa Escola Cidadã é no valor de R\$ 1.000 e não é anexado no salário-base. Para os Professores contratados que possuem vínculos diurnos, poderão, de acordo com a quantidade de hora-aulas ministradas, possuir uma perda em sua renda. Em contrapartida, representa um aumento significativo para a renda dos professores com apenas um vínculo na rede estadual.

Com esses apontamentos, observa-se um processo de desgaste no que tange à movimentação de pessoal, o que nos leva a perguntar: Como os professores estão lidando com esse novo modelo? Qual a percepção dos estudantes? Como está organizado, na prática, este modelo de Escola Integral?

Vamos responder essas perguntas no decorrer deste trabalho, mas, dito isso, observa-se também que a Lei Nº 11.100 de 06 de abril de 2018 traz, em seu texto, considerações significativas para a criação de uma escola que, considerando as dimensões humanas a ser desenvolvidas, proporcione a formação integral.

3 - MODELO DA ESCOLA INTEGRAL ELABORADO PELO INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE

O modelo da Escola Integral que está em implantação e no quinto ano de expansão na Paraíba tem suas raízes no Estado do Pernambuco com o nome Escola da Escolha e foi implantado, inicialmente, no Ginásio Pernambucano.

O modelo é resultado da soma dos esforços de empresários, sendo Marcos o articulador Magalhães, além de outros ex-alunos, que se reuniram juntamente com o Governo Estadual, para realizar a sua reformulação, inicialmente em caráter estrutural e, posteriormente, foi observada a necessidade de reformulação pedagógica.

Figura 2 – Fotografia do Ginásio Pernambucano – RECIFE/PE



Fonte: Arquivos do Autor

A reformulação pedagógica ficou sob a responsabilidade de Antonio Carlos Gomes da Costa (1949-2011) e Bruno Silveira (1939 -2007), que possuem uma ampla literatura e ações para a juventude. Em relação aos dois elaboradores do modelo pedagógico, Marcos Magalhães, em seu livro *A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio*, assim os descreve:

Bruno Silveira e Antônio Carlos Gomes da Costa. O primeiro, (...) o grande idealizador e arquiteto da nova institucionalidade da escola e, de uma forma abrangente e integral, de cuidar do jovem. (...) O segundo, Antônio Carlos, uma mente brilhante, idealizador do modelo pedagógico da escola nas suas dimensões de conteúdo e de método, e com profundo conhecimento da realidade do jovem brasileiro e das deficiências docentes no Brasil, associou-se como voluntário permanente da causa. (MAGALHÃES, 2008, p. 11).

No ano de 2003, após a reforma em caráter estrutural do Ginásio Pernambucano, surgiu o ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, criado pelos empresários que atuaram na sua reestruturação. Atualmente, o ICE está sob a

direção de Marcos Magalhães, o idealizador da reestruturação do Ginásio Pernambucano e da criação do instituto.

As bases do Instituto se confundem com a do próprio modelo pedagógico e de gestão desse formato de educação integral, por meio do qual se busca, a partir de processos consistentes, a projeção e o alcance dos objetivos educacionais. Eles possuem a seguinte missão de acordo com o livreto de apresentação:

Contribuir objetivamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, através da aplicação de inovações em conteúdo, método e gestão, objetivando a formação integral do jovem nas dimensões pessoal, social e produtiva, tendo como fundamentos: Uma CAUSA: o ensino público de qualidade; Uma MARCA: a corresponsabilidade ;Um DESAFIO: a criação de novos desenhos institucionais (ICE, 2017, p. 12).

O ICE é o responsável pela expansão do modelo no País, que atua junto as secretarias municipais e estaduais na implantação das primeiras unidades escolares, atuando em formações, disponibilização de material e acompanhamento pedagógico das escolas, até o momento em que as secretarias fiquem totalmente responsáveis em dar seguimento ao programa de educação integral, inclusive fazendo suas próprias adaptações do modelo de acordo com a realidade local.

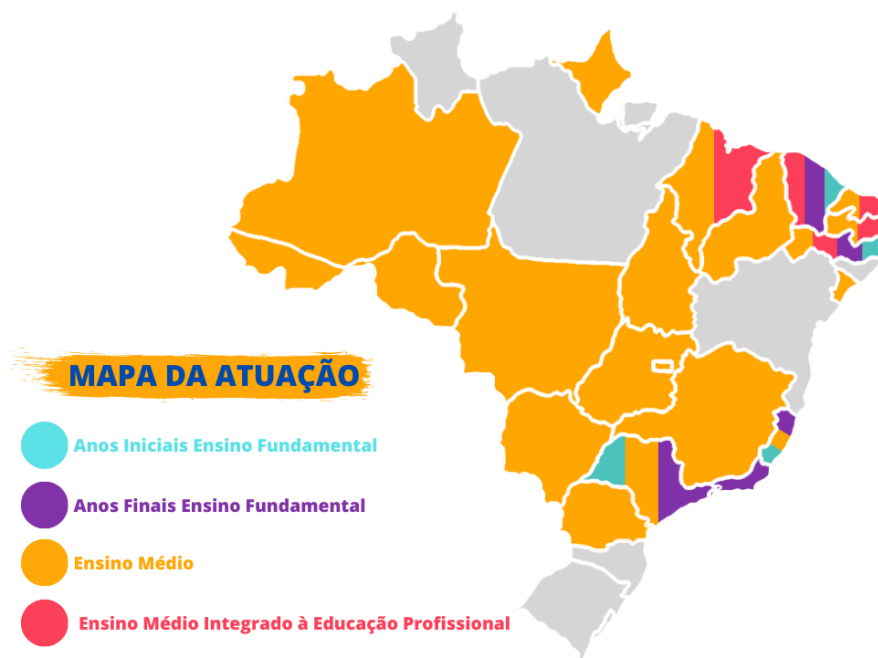
As bases do modelo, elaboradas por Bruno Silveira e Antônio Carlos Gomes da Costa, estão centralizadas na formação do projeto de vida do estudante, visando à sua formação de qualidade e sua preparação para atuação em sociedade. Para isso, há toda uma organização que gira em torno do currículo, da gestão escolar e das práticas dos professores, visando a formação do estudante em todas as suas dimensões, possibilitando a melhoria dos índices educacionais. O ICE expõe que o modelo educacional objetiva a formação de:

Um jovem que deverá ser dotado da capacidade de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade), para fazer escolhas, atuando de maneira autônoma (baseando – se nos seus próprios valores, crenças e conhecimentos), solidária (atuando como parte da solução) e competente (seguindo na capacidade de aprender a aprender) sobre os contextos e desafios, limites e possibilidades advindas do novo século (ICE, 2016, p. 30).

O modelo escolar, elaborado pelos especialistas, tem a proposta de transcender o modelo de escola regular ao possibilitar uma nova maneira de se fazer educação, por meio de uma tecnologia de gestão educacional e de um novo modelo pedagógico. Dessa maneira, se viabiliza uma reconfiguração do currículo que

centraliza o estudante e seus sonhos como eixo norteador para a execução de suas ações a serem desenvolvidas no cotidiano escolar bem como na vida em sociedade.

Figura 3 – Estados atendidos pelo ICE por modalidade de ensino.



Fonte: Adaptado, ICE 2020

No centro do novo modelo, está o estudante e o seu Projeto de vida. As práticas dos professores, nesse modelo educacional, devem estar voltadas, dentre outras necessidades, para o auxílio da construção do projeto de vida do estudante. Para tal ação, três eixos formativos orientam os caminhos a serem seguidos: “Formação Acadêmica de Excelência, Formação para a Vida e a Formação de Competências para o Século XXI” (ICE, 2020 p.40).

O modelo da escola é gerido por meio da Tecnologia de Gestão Educacional, que agrega todas as funções dos variados profissionais da escola, e por meio de seus instrumentos estabelece metas, determina ações e proporciona o monitoramento dos resultados. Com a TGE, a escola entra em processo de observação dos seus problemas, e a partir de então planeja metas para alcançar as melhorias necessárias para a evolução na aprendizagem dos estudantes.

Um desses instrumento da TGE é o Plano de Ação, ele define a visão, missão, metas e estratégias da escola, a partir de então cada profissional da escola por meio do instrumento; Programa de Ação operacionaliza o plano de ação em seu escopo de

atuação, estabelecendo quais são suas ações a serem desenvolvidas para contribuir na melhoria educacional, projetando suas próprias metas e focos de atuação de acordo com sua função e disciplina ministrada. O ICE expõe que:

[...], a tecnologia de gestão educacional se apresenta como sendo a base na qual o Modelo Pedagógico se alicerça, para gerar o movimento que transformará a “intenção pedagógica” em efetiva e concreta “ação” refletida nos resultados verificáveis e sustentáveis a serem entregues à sociedade (ICE, 2016, p. 5).

Observamos que a proposta do instituto é levantar um novo paradigma educacional construindo um modelo de escola Integral que coloca o estudante, seu projeto de vida e seus sonhos para além da formação profissional, no centro do modelo, e leva a comunidade escolar a refletir e pensar em estratégias para almejar a excelência em educação. Podemos compreender um pouco da organização em termos de gestão e modelo da escola integral na Figura 2.

Figura 4 – A estrutura organizacional da Escola.



Fonte: ICE, 2016

Através da estrutura organizacional, observamos ao centro a intencionalidade do Instituto ao centralizar o Jovem como Centro de todas as atuações, focando em seu projeto de vida. A partir do centro, encontramos os eixos formativos, que vão para além da excelência acadêmica, mas focam também na formação para a vida e nas

competências para o século XXI. Tudo isso assentado sobre o modelo pedagógico que é gerido pelo modelo de gestão.

Outro fator importante a ser destacado neste modelo, é a forma como foi proposta a expansão do horário de permanência do estudante na Escola. A LDB de 1996 prevê a ampliação da permanência do estudante na escola, mas apenas a permanência não garante a formação Integral do Estudante, assim como expõe Coelho:

Uma escola que funcione em tempo integral não pode ser apenas uma escola de dupla jornada, com repetição de tarefas e metodologias. Se assim o for, estaremos decretando a falência dessa concepção de ensino. Ao defendermos o tempo integral, fazemo-lo a partir também de uma concepção de educação que se fundamenta na formação integral do ser humano, onde todas as suas dimensões sejam enaltecidas; que se alicerça em atividades variadas, incluindo esportes, cultura, artes em geral; que experimenta metodologias diversas, e ocupa todos os espaços existentes no ambiente escolar. (COELHO, 2002, p. 143).

Evidenciamos essa preocupação do Instituto ao observar a necessidade de inserir rotinas e metodologias de êxito no modelo que culminaria no aumento do tempo de permanência do jovem e da equipe no ambiente escolar. Assim, estabeleceram-se ações para exercer a Pedagogia da Presença, aumentar o repertório cultural dos estudantes e em investir tempo nos processos de nivelamento. Veja figura 3.

Figura 5 – Ampliação da jornada escolar.



Fonte: ICE, 2016

Assim, o horário escolar foi expandido de cinco horas do modelo regular, para nove horas e meia. A jornada semanal do professor passa a 40 hora-aulas, sendo que 12 são destinadas para planejamento e demais atividades. Nas 28 restantes, o professor desenvolverá as aulas referente a sua disciplina da BNCC e disciplinas dos componentes diversificados. Essa proposta se alinha à Lei Nº 11.100 de criação da Escolas Cidadãs Integrais no Estado da Paraíba.

Diante disso, foi elaborada uma Matriz Curricular Estadual alinhada com a formação integral do sujeito. Vejamos a Matriz de uma escola Propedêutica do Estado da Paraíba, ou seja, uma escola de Ensino Médio Integral que possui a formação básica e as disciplinas do componente diversificado do currículo, na Figura 4

Figura 6 – Matriz Curricular das Escolas Cidadãs Propedêuticas

MATRIZ DAS ESCOLAS CIDADAS INTEGRAIS – ECI								
09 Aulas/Dia 41 semanas – 204 dias letivos – aulas de 50 minutos								
ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CARGA HORÁRIA ANUAL			
		1ª Série	2ª Série	3ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	
BASE COMUM	Língua Portuguesa	5	6	6	205	246	246	
	Arte	1	1	1	41	41	41	
	Educação Física	2	2	2	82	82	82	
	Subtotal	8	9	9	328	369	369	
	Matemática	5	6	6	205	246	246	
	Biologia	3	3	3	123	123	123	
	Física	3	3	3	123	123	123	
	Química	3	3	3	123	123	123	
	Subtotal	14	15	15	574	615	574	
	História	3	3	3	123	123	123	
	Geografia	3	3	3	123	123	123	
	Filosofia	1	1	1	41	41	41	
	Sociologia	1	1	1	41	41	41	
	Subtotal	8	8	8	328	328	328	
	TOTAL BNCC	30	32	32	1.230	1.312	1.312	
	PARTE DIVERSIFICADA	Projeto de Vida	2	2	-	82	82	-
		Preparatório Pós-Médio	-	-	2	-	-	82
		Colabore e Inove	2	-	-	82	-	-
		Avaliação Semanal	2	2	2	82	82	82
Orientação de Estudo		2	2	2	82	82	82	
Práticas Experimentais		2	2	2	82	82	82	
Disciplinas Eletivas		2	2	2	82	82	82	
Língua Estrangeira (Inglês)		2	2	2	82	82	82	
Língua Estrangeira (Espanhol)		1	1	1	41	41	41	
Total Parte Diversificada		15	13	13	615	533	533	
TOTAL DE AULAS SEMANAIS POR SÉRIE	45	45	45	-	-	-		
TOTAL DE AULAS ANUAIS POR SÉRIE	-	-	-	1.845	1.845	1.845		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (hora aula)	7.380							

Fonte: PARAÍBA, 2020

Para lograr êxito no quesito de formação do ser humano em sua integralidade, o currículo seria um dos eixos fundamentais na organização da Escola. Compreendemos que a formação Integral do ser humano se dá ao longo de toda a sua vida (GADOTTI, 2009), mas a escola tem essa função de propiciar as ferramentas iniciais para orientar o estudante em sua formação como pessoa.

Nesse modelo educacional, além das disciplinas comuns a Base Nacional Comum Curricular, o currículo, como observamos na matriz acima, possui componentes que compõem a base diversificada, como a disciplina de Projeto de Vida, que é responsável em auxiliar o estudante na construção de seu projeto de vida, lhe fazendo refletir sobre seus sonhos e sobre quem eles são ou querem ser.

A partir da matriz curricular podemos observar como se estrutura o currículo da ECI no estado. Primeiramente, ele é dividido em duas grandes áreas, a formação básica, formada pelas disciplinas da BNCC e o componente diversificado, formado por um conjunto de disciplinas que visam a formação integral do jovem associado as outras práticas educativas e com as disciplinas da BNCC.

Vejamos um pouco mais sobre as metodologias de êxito, que são as disciplinas do componente diversificado. Vale salientar que algumas disciplinas foram inseridas no currículo exclusivamente do Estado da Paraíba.

PROJETO DE VIDA: A disciplina de Projeto de Vida é o carro chefe do modelo de Escola Integral do ICE mantido no currículo no Estado da Paraíba. A disciplina tem como objetivo tornar o estudante protagonista de sua história, fornecendo mecanismos para que os estudantes possam pensar em sua vida depois do ensino Médio, mas não só no que tange o mundo do trabalho, mas sim o conjunto dos desejos que o estudante possui para seu futuro. Dessa forma, ele é convidado a pensar e elaborar um plano, lançando passos de como alcançar os seus sonhos.

A proposta da disciplina de Projeto de vida está em consonância com a proposta da nova BNCC cuja competência geral versa que é preciso:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p.09).

A disciplina é responsável por nortear as ações escolares, tendo em vista que o Projeto de Vida dos estudantes precisa orientar a prática docente, para que os professores possam apoiar os estudantes na construção de sua trajetória rumo à

inserção na sociedade. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Escola Cidadã Integral o Projeto de Vida:

{...} é a centralidade da Escola Cidadã Integral e busca refletir as múltiplas dimensões da identidade dos jovens ainda em formação. As aulas de Projeto de Vida não se referem apenas a um projeto de carreira, voltado exclusivamente para o lado profissional. É um processo de reflexão sobre o “ser e o querer ser” tendo por objetivo ajudar o jovem a planejar e traçar o caminho que precisa construir e seguir para realizar esse encontro, seja nas dimensões pessoal, social e produtiva da vida, num período de curto, médio e longo prazo. (PARAÍBA, 2020, p. 13).

A disciplina conta com a atuação de um professor a cada 5 turmas, que acompanha a turma quando ela avança de série, fazendo com que o acompanhamento não sofra alterações, pois é estabelecida uma relação de confiança. A disciplina possui 40 aulas estruturadas para o 1º ano e o 2º ano do Ensino Médio que possuem a seguinte divisão em termos de temáticas trabalhadas:

As aulas para o 1ª série estão agrupadas de acordo com 4 grandes temáticas: Temática 1 – Identidade; Temática 2 – Valores; Temática 3 - Responsabilidade social; Temática 4 - Competências para o século XXI. As aulas para a 2ª série estão agrupadas de acordo com 4 grandes temáticas: Temática 1 - Sonhar com o futuro; Temática 2 - Planejar o futuro; Temática 3 - Definir as ações; Temática 4 - Rever o Projeto de Vida. (PARAÍBA, 2020, p. 28).

Assim, as aulas do Projeto de Vida são desenvolvidas pelo professor, tendo em vista as especificidades de sua escola. Primeiro, trabalhando temas para a construção de sua identidade, valores, questões sociais para então ingressar em um processo de construção de seus sonhos. Serrão e Baleeiro, no livro *Protagonismo Juvenil*, de Antonio Carlos Gomes da Costa, expõe que a construção do projeto de vida é:

{...} a instância final de um projeto de desenvolvimento pessoal e social. Quando o adolescente se revela preparado para iniciar essas construções, isso significa que formou sua identidade, compartilhou-a com o grupo e se tornou capaz de comunicar sonhos, desejos, planos e metas, podendo ingressar numa nova etapa da vida. (COSTA, 2006, p.244).

Assim, a disciplina de Projeto de Vida, por meio dos processos que são desenvolvidos com o acompanhamento de um professor, se torna um caminho para o jovem realizar a descoberta de si próprio e de seus interesses, contribuindo para a formação de um jovem realizado com as suas escolhas. Assim, os estudantes chegam ao terceiro ano do Ensino Médio, com uma ideação do que almejam em suas vidas.

PÓS-MÉDIO: É na disciplina de pós-médio que os estudantes terão contato com as primeiras ações que vão desenvolver quando sair do Ensino Médio. É um ano para colocar o Projeto de Vida, construído no 1º e 2º ano do Ensino Médio em prática. A disciplina de Pós-Médio mostrará ao estudante o leque de possibilidades que ele terá quando egresso escolar, como se inscrever e prestar um vestibular, como se organizar para o Enem, como conquistar bolsas de estudo, como escolher uma profissão. É a operacionalização de projeto de vida, dando os primeiros passos.

COLABORE E INOVE: A disciplina Colabore e inove é uma inovação no Estado da Paraíba, ou seja, ela foi desenvolvida no estado por professoras da rede estadual que participaram do programa Gira-Mundo Finlândia, um programa de intercâmbio de professores da SEECT/PB. Foi firmada, então, uma parceria com a *Proakatemia*, uma escola de empreendedorismo que é vinculada à Universidade de Ciências Aplicadas de Tampere na Finlândia para a formulação da disciplina.

A Colabore e inove atua por meio de Metodologias ativas que impulsionam o desenvolvimento de habilidades dos estudantes, como a criatividade, a autonomia e a confiança e o trabalho colaborativo, como foco no empreendedorismo.

De acordo as Diretrizes operacionais das ECI, a disciplina busca:

{...} alinhar a educação paraibana aos sistemas educacionais públicos de referência, adaptando-os para a nossa realidade. Dessa maneira, os estudantes poderão se envolver mais ativamente no processo de ensino e aprendizagem, tornando- o mais significativo, ao traçar paralelos entre educação escolar, educação para a vida e o mundo do trabalho. ((PARAÍBA, 2020, p. 15).

Assim, a disciplina se alinha com uma outra ideia de projeto de vida que vai para além de uma universidade, dando espaço ao empreendedorismo, principalmente o empreendedorismo social, colocando o estudante como ser resolutivo de desafios.

AValiação SEMANAL: A avaliação semanal é um espaço fixo no calendário escolar para a realização das avaliações de disciplinas. Cada professor, dentro de sua área, irá elaborar uma avaliação aos moldes do Enem, de forma que não se repitam as disciplinas até o fim do bimestre.

As demais notas da disciplina o professor pode desenvolver da maneira que achar mais viável dentro de suas concepções avaliativas e das orientações do Sistema de Ensino. Assim, esse momento para avaliações aos moldes do Enem, insere os estudantes dentro do sistema de avaliação para ingresso nas universidades.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS: É um espaço destinado para os professores apoiarem os estudantes na construção de seus roteiros de estudos e demais organização de atividades escolares. A orientação de estudos, sempre ocorre antes da avaliação semanal. Nesse espaço, os estudantes também são incentivados a atuarem como monitores de disciplinas para apoiar os colegas nas dúvidas referente aos componentes curriculares, desenvolvendo o protagonismo juvenil.

PRÁTICAS EXPERIMENTAIS: As práticas experimentais são aulas destinadas para o desenvolvimento de aulas práticas com a realização de experimentos nas disciplinas que compõem o campo de Ciências da Natureza. As práticas a serem desenvolvidas refletem os conteúdos que estão sendo trabalhados em sala de aula.

DISCIPLINAS ELETIVAS: As eletivas proporcionam ao professor, dentro da sua área de atuação, a criação e execução, de forma interdisciplinar, de uma disciplina semestral de acordo com seu critério, ao constatar a necessidade da discussão de variadas temáticas que podem ser abordados em sala de aula.

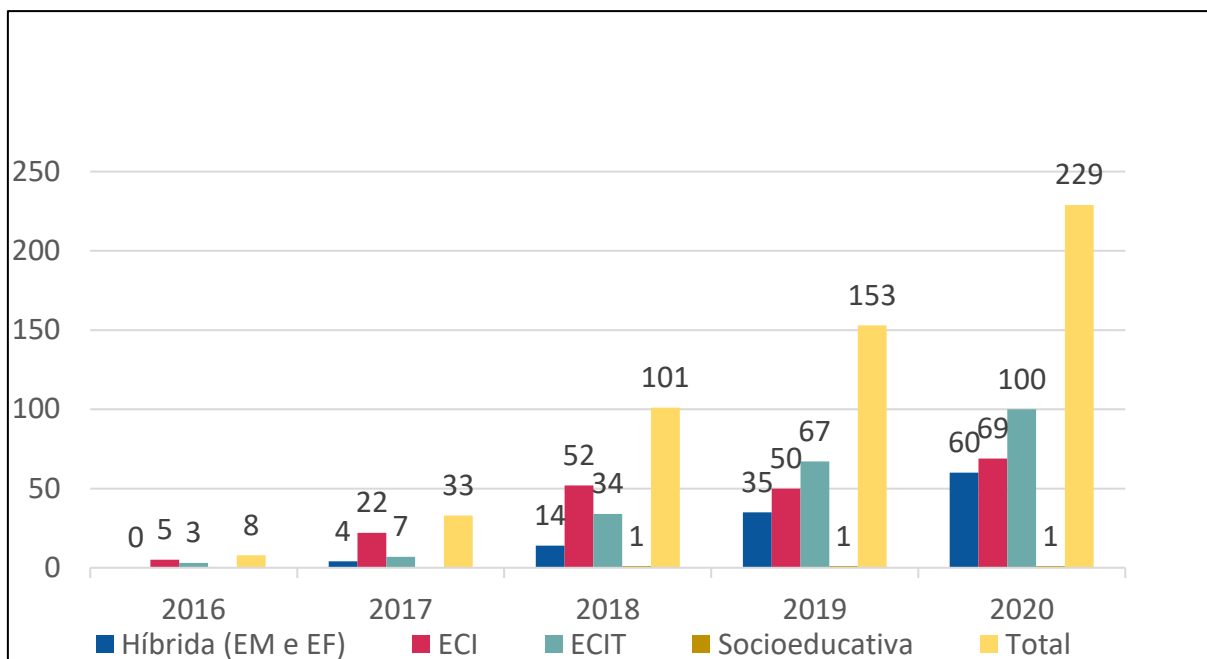
A eletiva, assim como a proposta do modelo da escola integral aqui explanado, se mostra como um espaço, dentre os outros na Escola Cidadã, muito importante para reafirmar a autonomia do professor no traçado de estratégias para a construção de sujeitos críticos.

3.1. Implantação e expansão da Escola Cidadã Integral no Estado da Paraíba

O modelo de Educação Integral na Paraíba, possui três submodelos de escolas, essas são: ECI – Escolas Cidadãs Integrais, que oferecem o ensino em turno integral com a BNCC e a parte diversificada do currículo; ECIT – Escola Cidadãs Integrais Técnicas que além de ofertar o ensino em turno integral com a BNCC e a parte diversificada do currículo, possibilita ao estudante uma formação em um curso técnico; ECIS – Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas, destinadas para a educação de jovens que se encontram em conflito com a Lei.

As Escolas Cidadãs Integrais começaram a ser implantadas pelo Governo do Estado com a parceria do ICE em 2016. Foram inicialmente implantadas 8 unidades escolares que serviram como plano piloto; em 2017, houve a expansão para 34 unidades; em 2018, chegou a 101 escolas; em 2019, passou para 153; e, no ano de 2020, são 229 escolas integrais na rede estadual, conforme aponta o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de escolas cidadãs integrais - por tipo de escolas



ECIPB, 2020

No ano de 2020, as escolas integrais na Paraíba ofertaram mais de 70 mil vagas. Sua implantação do modelo de Escolas Cidadãs Integrais, além de visar a melhoria educacional, também visa alcançar a meta número 5 do Plano Estadual de Educação que pretende ofertar o ensino integral a 50% das escolas estaduais, tal meta está em consonância com o Plano Nacional de Educação em sua meta número 6 que também discorre sobre a educação integral que visa

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica (PARAÍBA, 2014, p.44).

Em 2020, as escolas integrais já correspondem a 50% das escolas de Ensino Médio da Rede Estadual, ao todo são 458, sendo 225 de Ensino Integral para o médio, com plano de expansão de uma ECI em cada cidade do Estado da Paraíba até 2022.

3.1 Estado da Arte

Tendo em vista que o processo de implantação das Escolas Cidadãs Integrais é um movimento recente no Estado da Paraíba, é importante observar o que está sendo produzido academicamente e o que está sendo veiculado pela imprensa, no

intuito de compreender como vem sendo a percepção, bem como as primeiras reflexões quanto à implantação da educação Integral no Estado da Paraíba.

3.1.1 Produções acadêmicas

Após um levantamento via ferramenta de busca na internet, identificamos três produções acadêmicas que versam sobre a expansão, o modelo e as práticas docentes das Escola Cidadãs Integrais no Estado, conforme referências da tabela 1.

TABELA 1 – Produções acadêmicas referente a ECI

ARTIGO	RODRIGUES, A. C. S. ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL: proposições curriculares para jovens do ensino Médio. João Pessoa, v.12, n.1, p. 139-152, jan./abr. 2019.
DISSERTAÇÃO	LEITE, M. E. P. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PARAÍBA: Uma análise da política educacional sob a égide da racionalidade neoliberal. João Pessoa, 141 p. Fev, 2019.
LIVRO	SANTOS, J. J. e SILVA, P. C. Professores em ação: em busca de uma educação de excelência. São Paulo: Uiclap, 2020.

O artigo da autora RODRIGUES, intitulado ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL: proposições curriculares para jovens do ensino Médio, se propõe a realizar uma análise do programa de educação integral em três escolas estaduais no ano de 2017, com a hipótese de que o modelo escolar, através de “ações implementadas pelo referido Programa no estado não permitem a concretização da Educação Integral e, sim, de Tempo Integral”. (RODRIGUES, 2019. p.02).

Inicialmente, a autora realiza uma análise dos documentos norteadores sobre o modelo escolar através da leitura dos cadernos pedagógicos do ICE, em seguida ela analisa o Plano de Ação das três escolas pesquisadas destacando os pontos específicos de seus planos de ação. Vale salientar que as informações que compõem a pesquisa foram coletadas dos PPP e dos Planos de Ação das escolas.

A partir do desenvolvimento da narrativa da pesquisa, a autora argumenta que:

As modificações realizadas, por meio da implantação do modelo pedagógico da Escola da Escolha, adotada pela Escola Cidadã Integral, possibilitam uma formação curricular mais ampla; destaca-se, porém, que, se não se observarem os aspectos políticos, sociais e culturais necessários à formação integral dos alunos, esse modelo não contribuirá para a consolidação da Educação Integral e de Tempo Integral. (RODRIGUES, 2019. p.12).

Corroboramos com o posicionamento da autora no que tange à importância da discussão dos aspectos políticos, sociais e culturais para a formação dos estudantes, porém é importante salientar a necessidade de analisar os demais documentos norteadores e operacionais da escola, bem como a ação pedagógica dos professores, presente em seus Programas de Ação, documento responsável por relacionar as prioridades e estratégias do Plano de Ação com o escopo de atuação de cada profissional.

No que tange à tese de que a educação integral no Estado da Paraíba apenas atende ao critério de educação em tempo integral, ponto defendido pela autora em suas considerações finais, é importante considerarmos os alicerces que embasam o modelo elaborado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, ao sustentar a concepção de educação integral que opera em tempo integral, tendo em vista a expansão do currículo com a parte diversificada (ICE,2019).

Acreditamos que a Escola Integral não deve ser simplesmente simplificada como um tempo a mais de permanência do estudante no ambiente escolar, existem práticas significativas que proporcionam ao jovem o desenvolvimento de várias habilidades. Para isso, é importante identificar o desenvolvimento dos estudantes a longo prazo, e sua inserção em novos espaços como afirma ARROYO, (2012) em seu artigo “O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver”:

O que esses programas trazem de mais radical às políticas públicas, à pedagogia, à docência e ao sistema escolar é reconhecer que lidamos com gente que é vida, corpo, espaço-tempo. Gente que desde a infância é condenada pelas relações sociais, econômicas e políticas a formas precaríssimas de vida-corpo-espaço-tempo. Em outros termos, esses programas nos puxam para darmos a centralidade esquecida ao viver em um corpo, em uns espaços-tempos humanos. (ARROYO, 2012, p.41).

Assim, é importante evidenciar a composição curricular estadual para Educação Integral, com a presença da base diversificada que proporciona ao jovem o contato com várias ações e práticas educativas, com o intuito do seu desenvolvimento pessoal e social, assim como fora descrito no capítulo três.

A dissertação de mestrado em Sociologia da autora LEITE (2019), intitulada Programa de Educação Integral na Paraíba: uma análise da política educacional sob a égide da racionalidade neoliberal, se propõe a analisar a Educação Integral no

estado da Paraíba sob a ótica da influência neoliberalista em sua construção e implementação por meio da expansão.

De início, a autora realiza uma revisão da literatura expondo a crescente influência neoliberalista nos programas educacionais no país, em seguida tece uma crítica quanto às parcerias público-privadas entre o Estado da Paraíba e as instituições que atuam no apoio a implementação e construção de diretrizes para a educação integral, como o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação:

{...} o ICE vem influenciando a concepção de educação e agenda da educação integral na Paraíba, com base no modelo de sua concepção pedagógica, baseada no controle e na responsabilização, que são características da iniciativa privada e que também se alinham no modelo de gestão das escolas integrais, aprofundando propostas e mecanismos de gestão empresarial defendidos pelo Instituto: gestão por resultados, bonificação, etc. (LEITE, 2019, p. 75).

É inegável a participação de identidades privadas na prestação de serviços no estado da Paraíba, porém, é importante salientar que a Secretaria de Educação possui uma Comissão Executiva de Educação Integral – CEEI própria, formado por professores especialistas oriundo das escolas estaduais, responsáveis por definir orientações e diretrizes para as escolas, no âmbito pedagógico e de gestão. É importante frisar, ainda, que a parceria com ICE foi finalizada em 2019, tendo a Paraíba desenvolvido suas metodologias específicas de acordo com a realidade da rede Estadual de Educação.

Outro ponto elencado pela autora é a problemática que envolve a expansão das escolas integrais, em relação às questões físicas de algumas escolas e a maneira como ocorre a implantação por meio dos decretos estaduais, citando a forma vertical de operacionalizar a expansão, explicando que “A implementação das escolas de tempo integral gerou conflitos e resistência porque ocorreu sem um consistente planejamento que envolvesse a comunidade” (LEITE, 2019, p.104).

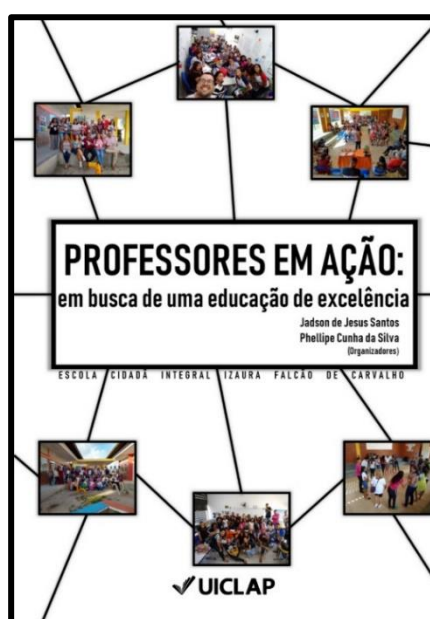
A autora também cita uma problemática quanto a perda de estudantes no modelo integral. A escola pesquisada por ela teve uma perda do alunado em seu ano de implantação: “em uma das escolas onde se realizou este estudo (ECI-A), no primeiro ano de implementação do Programa (2016), a instituição perdeu mais de 90% dos seus alunos” (LEITE, 2019, p.73).

Essa situação costuma ocorrer pela troca na modalidade de ensino. Os estudantes do Ensino Fundamental são, assim, realocados para outra escola, sendo

esta convertida em uma escola de Ensino Médio Integral. Vale salientar que a escola, com capacidade máxima para 455 estudantes, possui, hoje, 301 matrículas.

O livro organizado pelos autores SANTOS e SILVA (2020), intitulado de Professores em ação: em busca de uma educação de excelência, traz relatos de experiência de professores que vivenciaram um ano de implantação na Escola Cidadã Integral Izaura Falcão de Carvalho em Lucena PB, onde desenvolveram projetos com foco no desenvolvimento dos estudantes. Capa do livro na Figura 5.

Figura 7 – Capa do Livro: professores em ação



Fonte: SANTOS; SILVA 2020

Ao todo, são nove artigos que imprimem a experiência individual e coletiva dos profissionais e estudantes da ECI. Santos (2020) em seu artigo, que versa sobre a atuação da coordenação pedagógica, explana a importância de a escola ser orientada por um plano de ação, como também a importância da escola traçar suas estratégias a partir do referido instrumento, tendo em vista a formação integral dos estudantes. Ele segue afirmando que:

A experiência no envolvimento em ações pedagógicas de uma Escola Cidadã Integral é enriquecedora. Além de estarmos formando cidadãos autônomos, solidários e competentes, estamos também nos formando enquanto pessoas, enquanto profissionais. É muito gratificante perceber que há sim, no Brasil um modelo de educação pública onde é possível obter resultados concretos. É importante que esse modelo seja permanentemente aperfeiçoado e mantido. (SANTOS, 2020, p. 45).

Encontramos, no livro, o relato da Professora de Projeto de Vida Vilma, que expressa um pouco da sua apreensão ao ingressar no modelo Integral, relatando que ficou cansada, e pensou em desistir, até se adaptar ao modelo. Ela expõe que: “Um dos pontos que mais chamou a minha atenção foi a primeira aula com o tema: Quem sou eu? Eles não sabiam quem eles eram...” (SANTOS, 2020, p.07).

Assim como a professora Vilma, os relatos se sucedem no livro em questão, trazendo as especificidades das práticas dos professores e avanços que os estudantes obtiveram no desenvolvimento de habilidades, e o engajamento na realização das atividades propostas como relata os professores Silva, Gomes e Silva, (2020, p.134) no projeto de reorganização desenvolvido na biblioteca da escola: “O fato deles terem participado da transformação do local, imprimindo a “cara” deles em cada espaço, foi de suma importância. Eles se sentiam parte do resultado.”

Evidenciamos, que diante das exposições das ações desenvolvidas na escola, os professores trouxeram uma visão do cotidiano do “fazer educação” em sala de aula, assim como também deixam claro a necessidade de um constante aperfeiçoamento no modelo de Escola Integral, como expressa o Coordenador Pedagógico e organizador do Livro: “É preciso que o modelo continue sendo aprimorado a fim de garantir cada vez mais que a educação pública possa alcançar a necessária excelência na educação. (SANTOS, 2020, p. 46).

Ao fim da leitura dos textos, nos chama a atenção a importância da imersão no programa para compreensão de suas especificidades. As pesquisas universitárias possibilitam a observação de fora das ações, discutindo o modelo em seu âmbito mais teórico, já os relatos da prática docente nos dão uma visão de como a escola se organiza em seu cotidiano. Isso, de certa forma, nos revela o distanciamento de entendimento sobre o modelo quando comparados o público que atua exclusivamente na Academia, com aquele que vivencia a prática na escola.

Nesse contexto, nota-se que a escola e a academia, frente à Educação Integral, precisam trabalhar em conjunto para possibilitar um aprofundamento no conhecimento do modelo e das práticas exercidas, com um acompanhamento dos resultados a longo prazo, tendo em vista que o processo educativo está em constante evolução, desconstrução e reconstrução.

3.1.2 Imprensa

Com o navegador Google Chrome, um mundo de possibilidades se abre ao realizar simples pesquisas de busca. Ao filtrar o Nome Escola Cidadã Integral e selecionar o hiperlink de notícias, encontramos algumas matérias que versam sobre a implantação, relatos da comunidade e avanços educacionais proporcionados pela ECI na paraíba. Vejamos as selecionadas na Tabela a seguir:

TABELA 2 – Matérias que expõe ações da ECI na paraíba.

JORNAL DA PARAÍBA	JORNAL DA PARAÍBA. Em João Pessoa escola implanta tempo integral e perde 90% dos seus alunos. Disponível em: https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/em-joao-pessoa-escola-implanta-tempo-integral-e-perde-90-de-seus-alunos.html . Acessado em 07 de novembro de 2020.
CONSED	CONSED. Governo expande Escolas Cidadãs Integrais e transforma a educação pública na Paraíba. Disponível em http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/governo-expande-escolas-cidadas-integrais-e-transforma-a-educacao-publica-na-paraiba . Acessado em 06 de novembro de 2020.
CATRACA LIVRE	CATRACA LIVRE. Conheça o projeto educacional da Paraíba que é referência mundial. Disponível em https://catracalivre.com.br/educacao/conheca-o-projeto-educacional-da-paraiba-que-e-referencia-mundial/ . Acessado em 05 de novembro de 2020.

A primeira Matéria, do Jornal da Paraíba com a manchete: em João Pessoa escola implanta tempo integral e perde 90% dos seus alunos, foi publicada em 20 de fevereiro de 2016 e reflete os fatos que decorreram com a comunidade no processo de implantação da Escola Integral Padre Hildon Bandeira. A escola é uma das 8 primeiras ECI com o modelo do ICE a ser implantada.

A matéria reflete que a escola teve uma perda de 90% de seus estudantes por conta da implantação do modelo integral. A escola era de Ensino Fundamental e passou a ser de Ensino Médio. Surge, então, alguns atores na matéria que expressam suas opiniões quanto à implantação desse novo modelo escolar. Os pais, de acordo com a matéria, citam a dificuldade em manter os filhos na escola por conta da necessidade da utilização da sua mão de obra para apoiar na renda familiar: “Maioria dos pais, tirou os filhos da escola Padre Hildon Bandeira, na Torre, muitos alegando que eles trabalhavam para ajudar no orçamento de casa”. (JORNAL DA PARAÍBA, 2016, s/p).

O SINTEP, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba, além de pontuar a situação de transição da escola, expressa a preocupação, na matéria, quanto ao vencimento dos professores nesse novo modelo de educação: “Nós defendemos a Educação Integral, mas que o professor tenha o vencimento diferenciado, já que eles passaram a dar 40 horas de aula” (JORNAL DA PARAÍBA, 2016, s/p). Além dessas considerações do SINTEP, outro ator em questão, a Secretaria Estadual de Educação, na época, se expressou por nota afirmando que:

A escola Padre Hildon Bandeira vinha perdendo matrícula e caindo nos índices educacionais nos últimos anos. Por ser uma escola de localização estratégica e ter boa estrutura física, ela foi selecionada para atender como uma nova metodologia de Educação Integral. (JORNAL DA PARAÍBA, 2016).

Assim, observamos que essa matéria é uma das primeiras referentes à implantação da educação integral no Estado. Na ECI padre Hildon Bandeira, como escola-piloto, houve uma movimentação e inquietação da comunidade quanto ao novo modelo por causa das alterações em relação a horários e transferências, o que incentivou os atores envolvidos a defender seus pontos de vista e expressar suas insatisfações ou explicações.

Em consulta à citada escola, a gestão informou possuir atualmente cerca de 301 estudantes atendidos no Ensino Médio e Fundamental e continua operando no sistema de Educação Integral.

A segunda matéria é do site do Conselho Nacional de Educação – CONSED, intitulado de: Governo expande Escolas Cidadãs Integrais e transforma a educação pública na Paraíba. Elencando as especificidades do modelo, bem como os avanços nos índices educacionais que as escolas obtiveram no Estado. Podemos observar essas exposições dos avanços educacionais em alguns trechos, como:

Os resultados do modelo implantado em 2016 começam a aparecer. A Rede Estadual da Educação apresentou crescimento em todos os níveis de ensino de acordo com o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB) 2018. As Escolas Cidadãs Integrais tiveram o melhor resultado da rede desde o início da avaliação, saindo de 3,2 em 2017 para 3,7 em 2018, um aumento de 15%. As escolas regulares registraram um aumento de 5%. (CONSED, 2020, s/p).

A publicação apresenta aos leitores como se organiza as escolas integrais, as disciplinas da Base Diversificada no Estado da Paraíba e a evolução nos indicadores até o ano de 2018.

A Matéria da *Catraca Livre*, que tem como título: *Conheça o projeto educacional da Paraíba que é referência mundial*, publicada em 09 de agosto de 2019, faz uma exposição do modelo integral trazendo algumas falas, como a do então secretário de educação na época da publicação da matéria, Alessio Trindade:

Segundo o mesmo, algumas ações foram fundamentais para o sucesso do projeto, como: Dar autonomia para o estudante montar sua grade curricular; Oferecer melhores condições de trabalho e efetivar os professores em uma só escola; Promover parcerias e programas impulsionadores que estimulem alunos e professores; Medir e acompanhar o desempenho do ensino por meio da Secretaria de Educação. (*CATRACA LIVRE*, 2019, s/p).

A *Catraca Livre* também faz referência à parceria com o Itaú BBA na implantação de cursos técnicos nas escolas integrais. A matéria traz a exposição de alguns programas impulsionadores, como o *Se Liga no Enem* e o *Primeira Chance*, que são desenvolvidos no estado, evidenciando sua importância para a promoção do desenvolvimento estudantil para atuar na vida pessoal, social e produtiva.

Podemos observar que as matérias trazem em si um pouco da visão do Programa Integral daqueles que o perceberam de diferentes óticas. A primeira matéria traz uma visão local e do estágio inicial da implantação das Escolas Integrais, evidenciando o conflito da comunidade resistindo ao novo modelo, estando os atores governamentais buscando evidenciar a importância do modelo a ser implantado.

As duas outras matérias, a do CONSED e *CATRACA LIVRE*, trazem um panorama mais geral, evidenciando o modelo escolar em questão e a evolução dos índices educacionais através dos anos de implantação.

Assim, o discurso da imprensa, caminha evidenciando ora conflitos da comunidade escolar, muitas vezes na resistência à implantação do modelo, ora evidencia a melhoria dos índices educacionais por meio das avaliações externas.

4 – RESULTADOS EDUCACIONAIS DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO ESTADO DA PARAÍBA

O ir a campo, com a realização de pesquisas empíricas, através das vivências na escola, com entrevistas e observações críticas, é de suma importância para a realização de uma pesquisa consistente, com informações que possibilitem corroborar o que se pretende evidenciar da prática escolar. Infelizmente, com o advento da Pandemia do Corona Vírus (COVID-19), os tempos e espaços para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas na escola precisaram encontrar outros caminhos, de forma que o essencial não deixasse de ser captado.

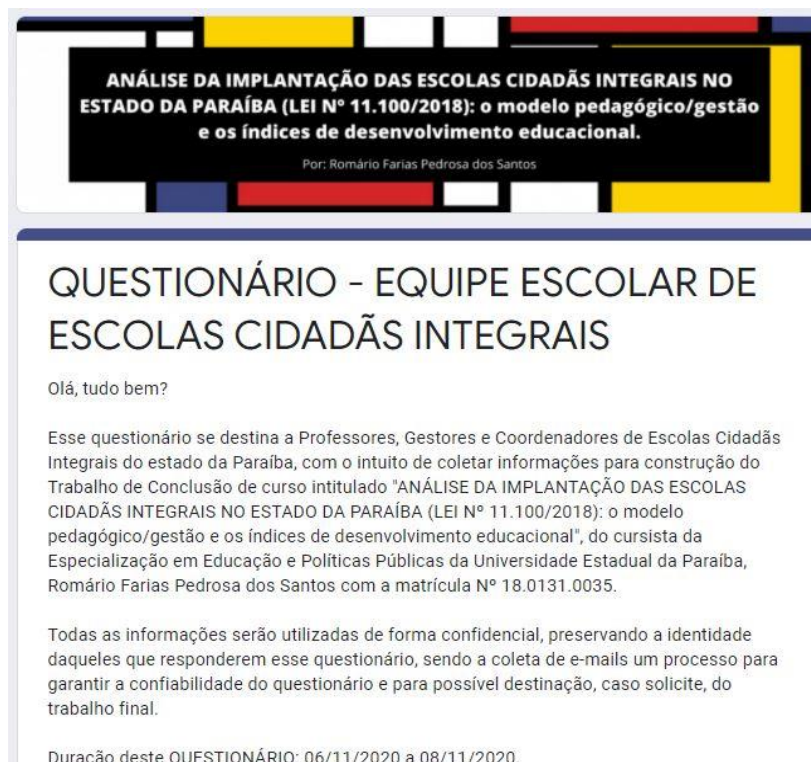
4.1 Metodologias da pesquisa

A pesquisa, que compõe o quarto capítulo deste trabalho, foi realizada de duas maneiras: a com estudantes e professores foi realizada por meio do Google Forms, com perguntas que geraram informações qualitativas e quantitativas. Já as informações do IDEB, foram obtidos através do site do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referente ao ano de 2019.

A coleta de informações quanto a percepção dos estudantes e professores para com o modelo da ECI no estado da Paraíba seria desenvolvido por meio de Reuniões Presenciais, se utilizando do Grupo Focal como metodologia. Com o advento da Pandemia do COVID – 19, e do decreto estadual Nº 40.122 de 13/03/2020, que institui o distanciamento social e a adoção de aulas on-line, a estratégia foi modificada, passando para a utilização do G' Forms para a coleta de informações.

No Google Forms constava as informações do levantamento da pesquisa, bem como indicava que ela era realizada de forma confidencial com todos os dados preservados. As perguntas foram agrupadas em três sessões para os ambos perfis: para as equipes escolares, foi verificado 1. INFORMAÇÕES DE PERFIL, 2. INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS e 3. INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL, para os estudantes foi verificado 1. INFORMAÇÕES DE PERFIL, 2. INFORMAÇÕES ESTUDANTIS, e 3. A ESCOLA CIDADÃ que se subdividiam em perguntas com respostas qualitativas ou quantitativas, principalmente a do Item 3, onde estudantes e professores responderiam informações acerca da ECI. Veja as imagens da capa do Google Forms a seguir:

Figura 8 – Capa do Google Forms da Equipe Escola



ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (LEI Nº 11.100/2018): o modelo pedagógico/gestão e os índices de desenvolvimento educacional.
Por: Romário Farias Pedrosa dos Santos

QUESTIONÁRIO - EQUIPE ESCOLAR DE ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS

Olá, tudo bem?

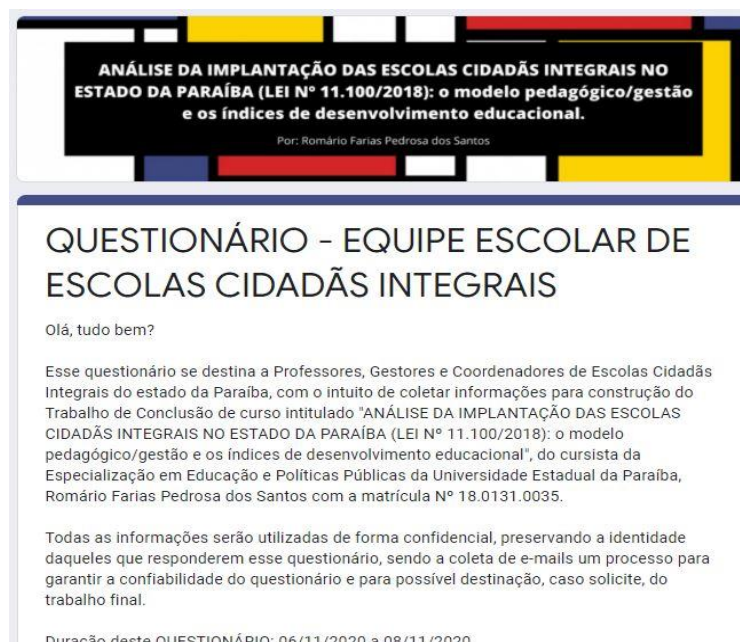
Esse questionário se destina a Professores, Gestores e Coordenadores de Escolas Cidadãs Integrais do estado da Paraíba, com o intuito de coletar informações para construção do Trabalho de Conclusão de curso intitulado "ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (LEI Nº 11.100/2018): o modelo pedagógico/gestão e os índices de desenvolvimento educacional", do cursista da Especialização em Educação e Políticas Públicas da Universidade Estadual da Paraíba, Romário Farias Pedrosa dos Santos com a matrícula Nº 18.0131.0035.

Todas as informações serão utilizadas de forma confidencial, preservando a identidade daqueles que responderem esse questionário, sendo a coleta de e-mails um processo para garantir a confiabilidade do questionário e para possível destinação, caso solicite, do trabalho final.

Duração deste QUESTIONÁRIO: 06/11/2020 a 08/11/2020.

Fonte: Arquivos do Autor

Figura 9 – Capa do Google Forms dos Estudantes.



ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (LEI Nº 11.100/2018): o modelo pedagógico/gestão e os índices de desenvolvimento educacional.
Por: Romário Farias Pedrosa dos Santos

QUESTIONÁRIO - EQUIPE ESCOLAR DE ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS

Olá, tudo bem?

Esse questionário se destina a Professores, Gestores e Coordenadores de Escolas Cidadãs Integrais do estado da Paraíba, com o intuito de coletar informações para construção do Trabalho de Conclusão de curso intitulado "ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (LEI Nº 11.100/2018): o modelo pedagógico/gestão e os índices de desenvolvimento educacional", do cursista da Especialização em Educação e Políticas Públicas da Universidade Estadual da Paraíba, Romário Farias Pedrosa dos Santos com a matrícula Nº 18.0131.0035.

Todas as informações serão utilizadas de forma confidencial, preservando a identidade daqueles que responderem esse questionário, sendo a coleta de e-mails um processo para garantir a confiabilidade do questionário e para possível destinação, caso solicite, do trabalho final.

Duração deste QUESTIONÁRIO: 06/11/2020 a 08/11/2020.

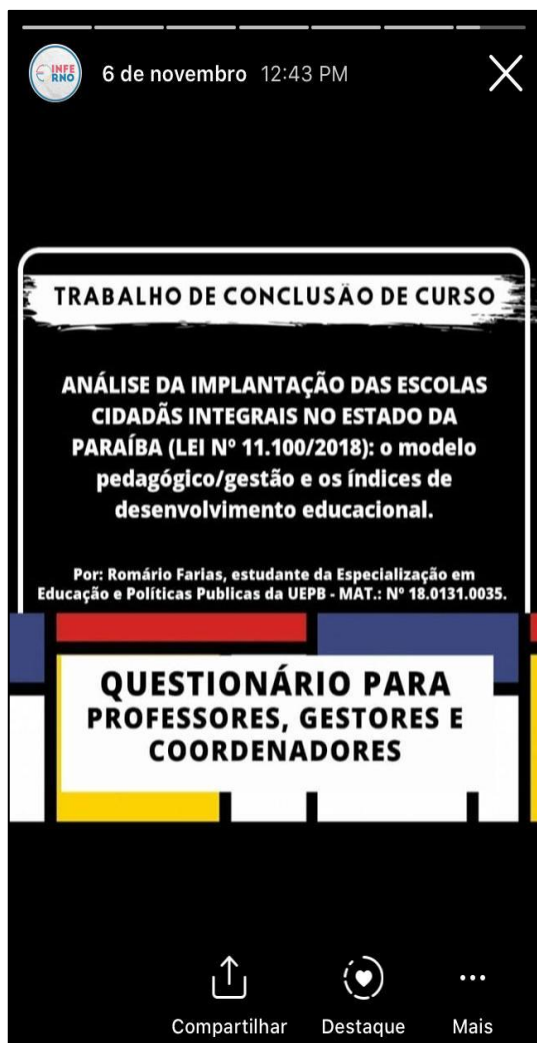
Fonte: Arquivos do Autor

Como forma de verificação da autenticidade das respostas, cada pessoa só podia encaminhar um formulário com seu e-mail registrado, seja institucional ou

pessoal, e não havia a opção de editar resposta posteriormente. O participante, ao fim da pesquisa poderia indicar se gostaria de receber as respostas em seu e-mail e se teria o interesse em receber o arquivo do TCC ao fim da pesquisa.

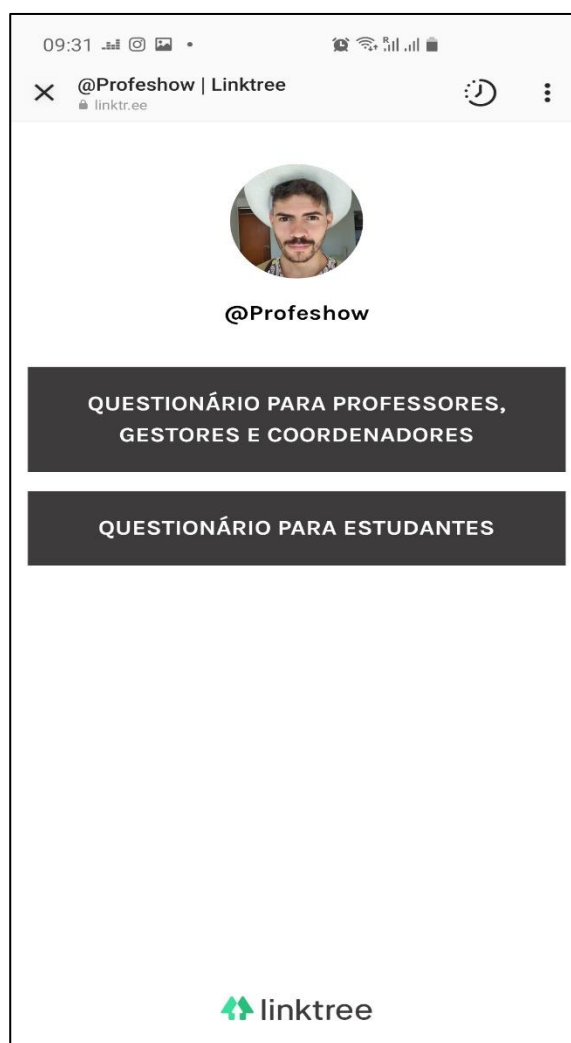
Como não teria a opção de visitar especificamente algumas escolas, o formulário foi destinado a toda a rede Integral de Educação, encaminhado via Grupos de WhatsApp, Facebook, via Grupos de Gerências Regionais, para grupos de Professores e Estudantes, e veiculado em Instagram pessoal e no de influencers da rede estadual de Educação. Como mostra as imagens a seguir:

Figura 10 – Parceria com o Instagram @ECINFERNO para veiculação da pesquisa de Estudantes e Equipes Escolares



Fonte: Arquivos do Autor

Figura 11 – Veiculação da Pesquisa via LINKTREE no perfil Pessoal



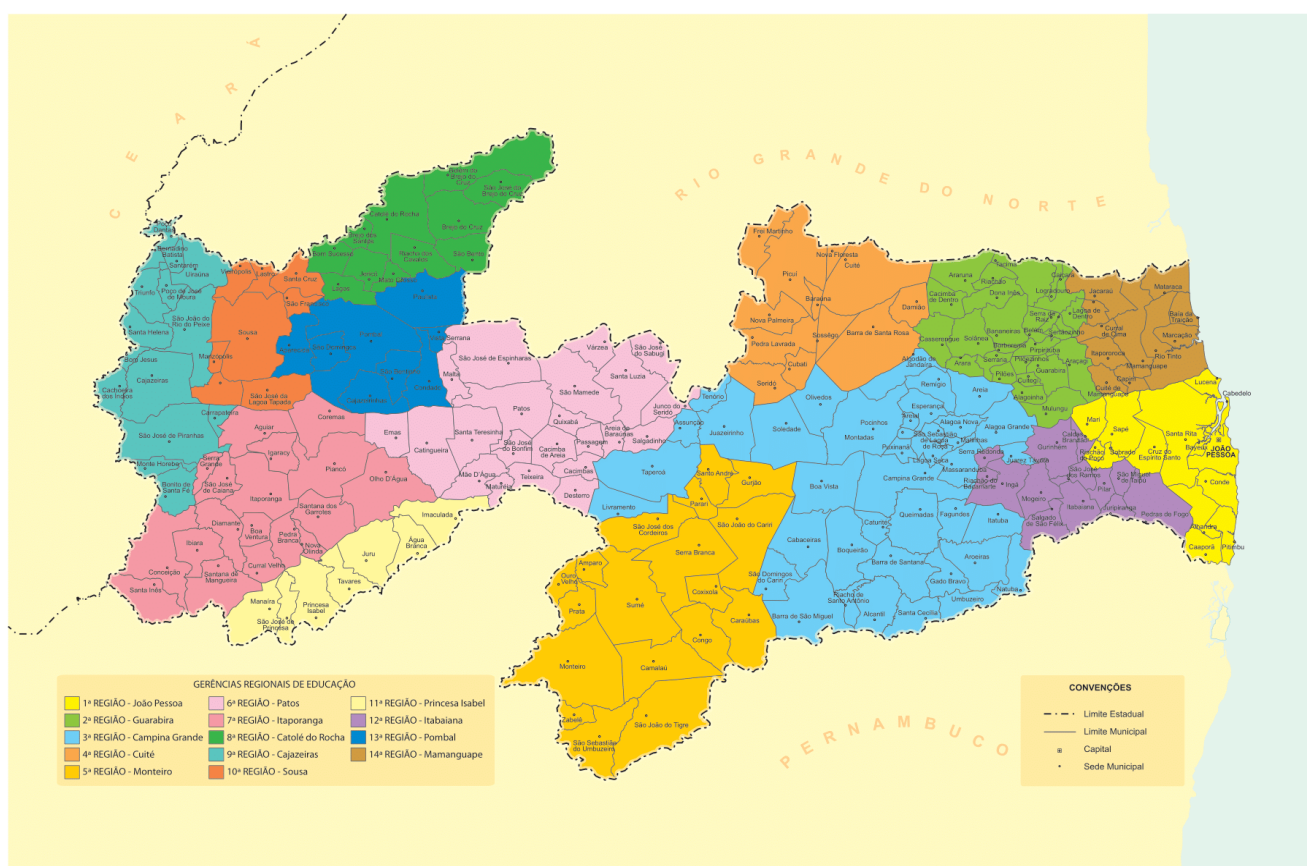
Fonte: Arquivos do Autor

O questionário ficou disponível para envio de respostas por 48 horas, entre os dias 06 e 08 de novembro de 2020. Ao todo, foram 427 respostas recebidas, sendo que 140 respostas foram de Professores, Gestores e Coordenadores que responderam o questionário voltado à Equipe Escolar, e 287 estudantes participaram respondendo o seu questionário.

4.2 Caracterização do público-alvo

Em termos de espacialização geográfica da pesquisa, as respostas dos questionários de professores e estudantes que foram enviadas estão distribuídas entre as 14 Gerências Regionais de Educação do Estado da Paraíba. As gerências regionais estão divididas conforme evidencia a Figura 10:

Figura 12 – Mapa das Gerências Regionais de Educação da Paraíba

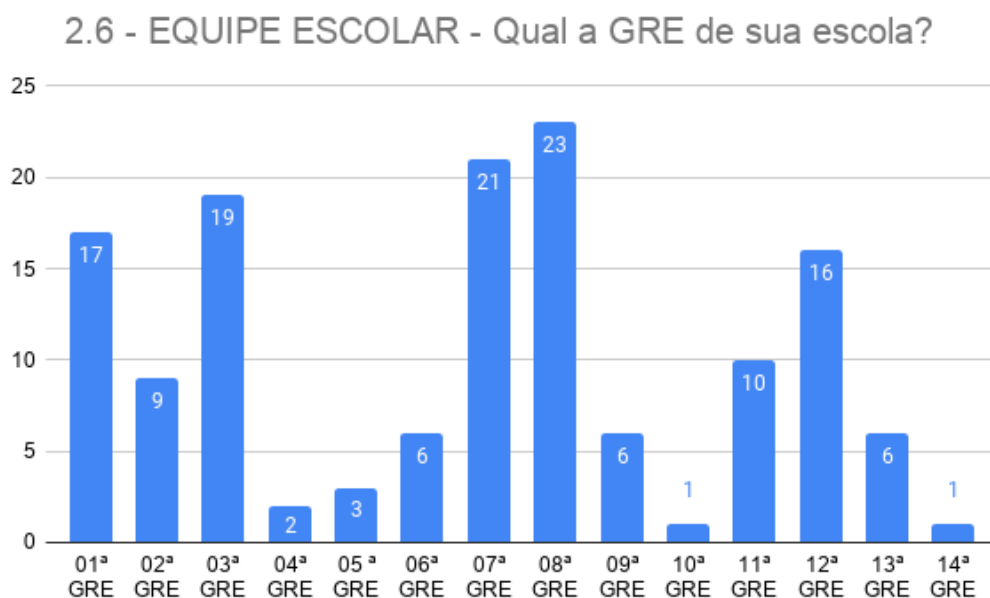


Fonte: PARAÍBA, 2020

Foi verificado que a Gerência que mais recebeu respostas de Equipes Escolares e Estudantes foi a 8ª GRE, totalizando oitenta e quatro respostas, e a que

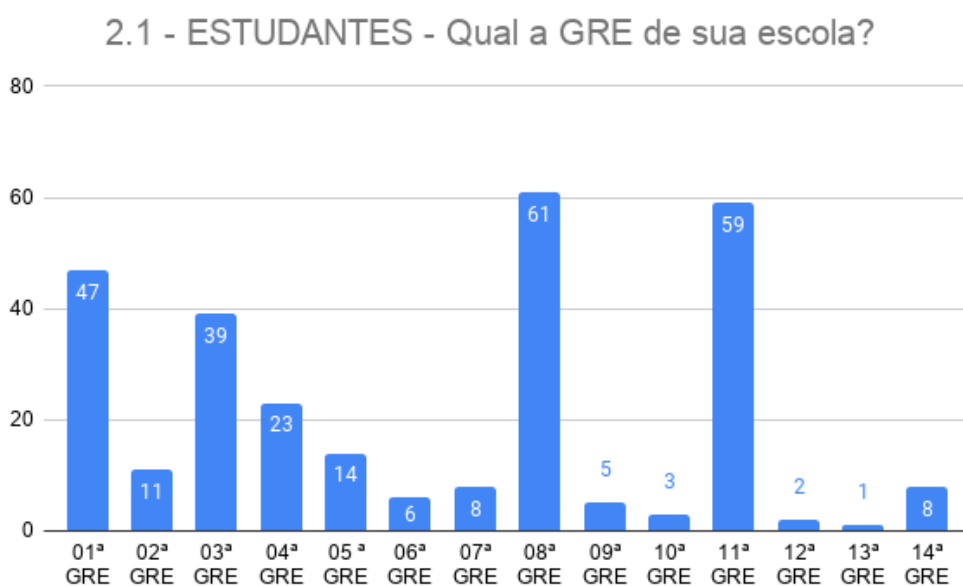
menos enviou respostas foi a 10ª GRE com o total de quatro respostas. As gerências localizadas no sertão paraibano foram as que mais tiveram uma participação expressiva no envio. Conforme podemos observar nos Gráficos 1 e 2:

Gráfico 2 – Respostas por GRE da EQUIPE ESCOLAR



Fonte: Autor

Gráfico 3 – Respostas por GRE dos ESTUDANTES



Fonte: Autor

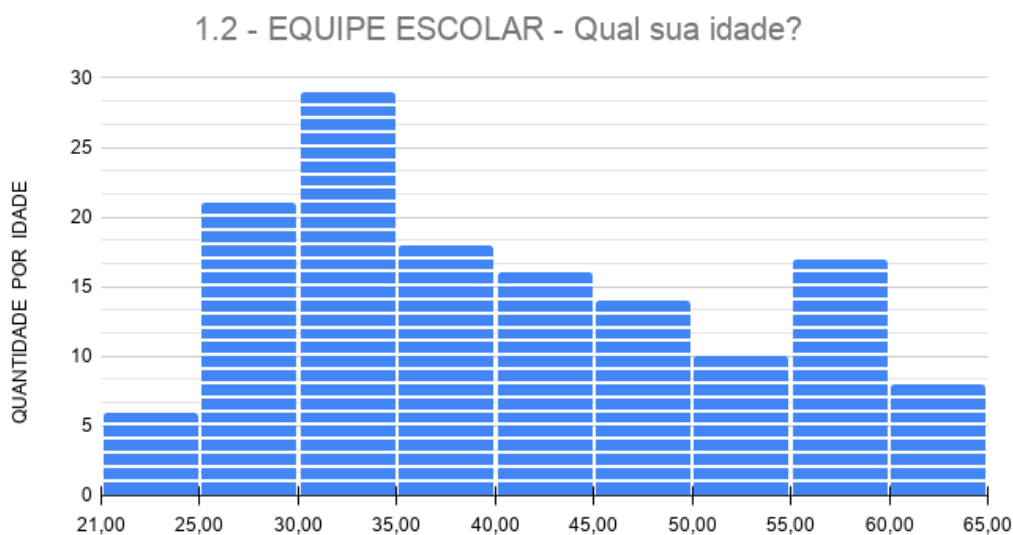
Assim como mostra os gráficos, podemos compreender a espacialização da pesquisa e identificar que foi possível a coleta de amostragem de várias partes do estado, coletando o máximo de informações de diferentes escolas e realidades.

Agora que foi possível tecer uma visualização espacial da pesquisa, podemos elencar outros fatores importantes para compreender qual o perfil do público que participou do levantamento de informações deste trabalho.

4.2.1 Equipe Escolar

Ao todo, obtivemos 140 respostas do questionário das Equipes Escolares. Com a consolidação do perfil da equipe escolar, evidenciamos que a maioria dos participantes na pesquisa foram pessoas do sexo feminino com 58,6% da participação, sendo 41,4% a participação de pessoas do sexo masculino. Em relação a idade, tivemos um público diversificado, sendo o maior índice de participação de pessoas entre 30 e 35 anos de idade, com forme o Gráfico 2:

Gráfico 4 – IDADE -Equipe Escolar;

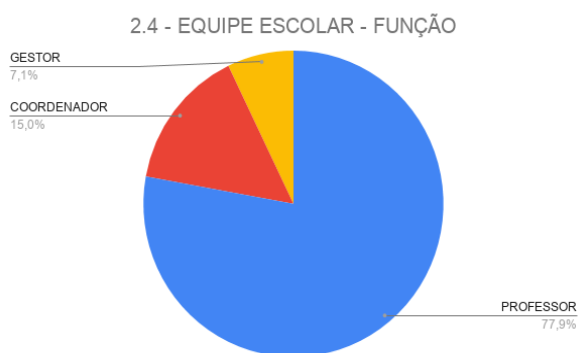


Fonte: Autor

A atuação da maioria dos profissionais (Gráfico 3) da Equipe Escolar que participaram da pesquisa era Professor, que representava 77,9% dos participantes, sendo 15% coordenadores e 7,1% gestores. Desses 65% eram vinculados ao estado (Gráfico 4) por meio de contrato, enquanto 35% possuíam o vínculo efetivo.

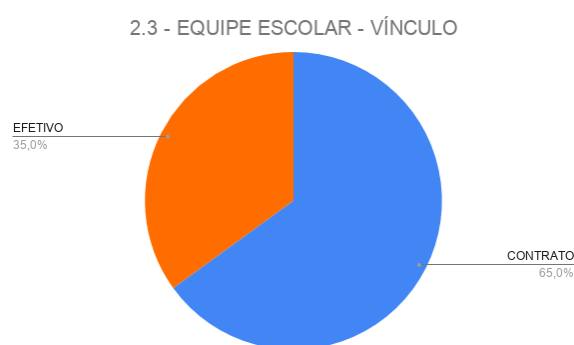
Quanto ao Grau de formação (Gráfico 5), 45,7% dos participantes eram Graduados, 40,7% Especialista, 5,7% Graduando, 5% Mestre e 2,9% Doutor. No que tange à formação acadêmica (Gráfico 6), 19,3% destes profissionais eram professores licenciados em letras para o exercício da docência em língua portuguesa, seguidos de outras disciplinas conforme suas graduações, como mostram os Gráficos a seguir:

Gráfico 5 – Função – Equipe Escola



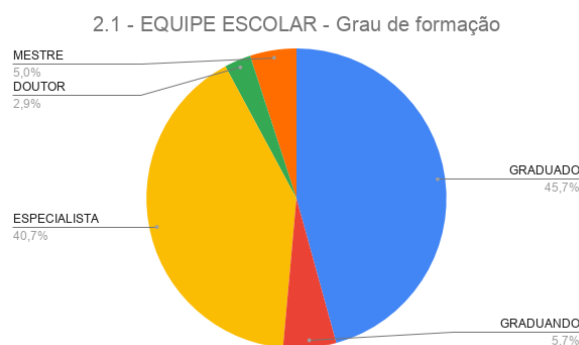
Fonte: Arquivos do Autor

Gráfico 6 – Vínculo de Trabalho



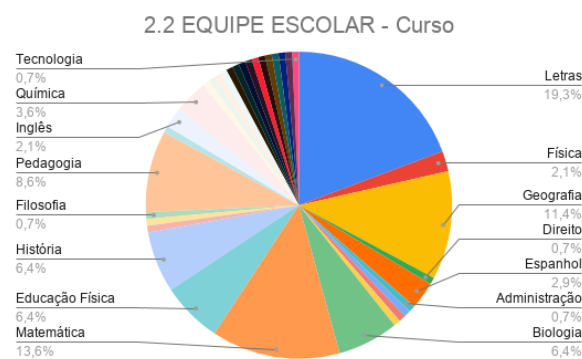
Fonte: Arquivos do Autor

Gráfico 7 – Grau de Formação



Fonte: Arquivos do Autor

Gráfico 8 – Formação da equipe escolar

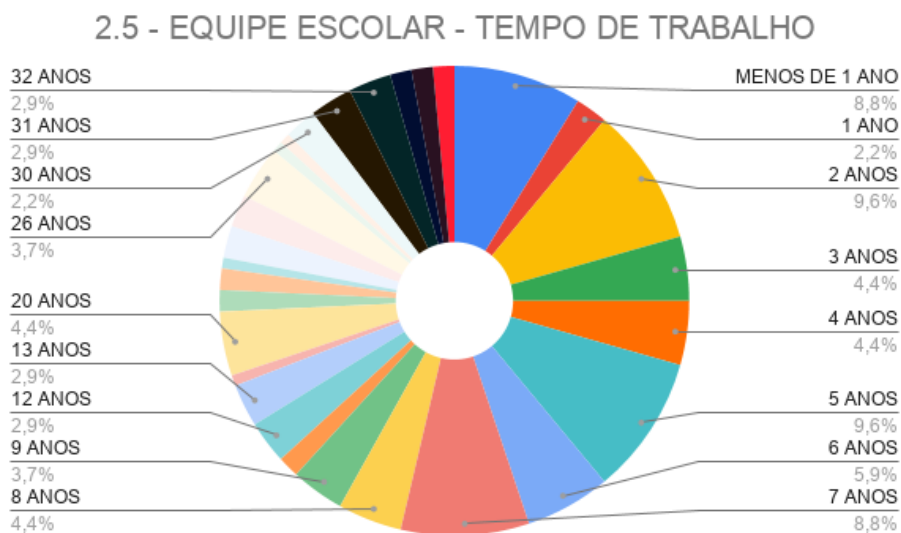


Fonte: Arquivos do Autor

No gráfico 6, podemos evidenciar a presença de Pedagogos, que, muitas vezes, estão na função de coordenador e na de alguns professores com formação em administração e tecnologia, que compõe o quadro de professores das ECIT, escolas que ofertam além da Base Comum e Diversificada, o componente de formação técnico, chamado de Base Técnica.

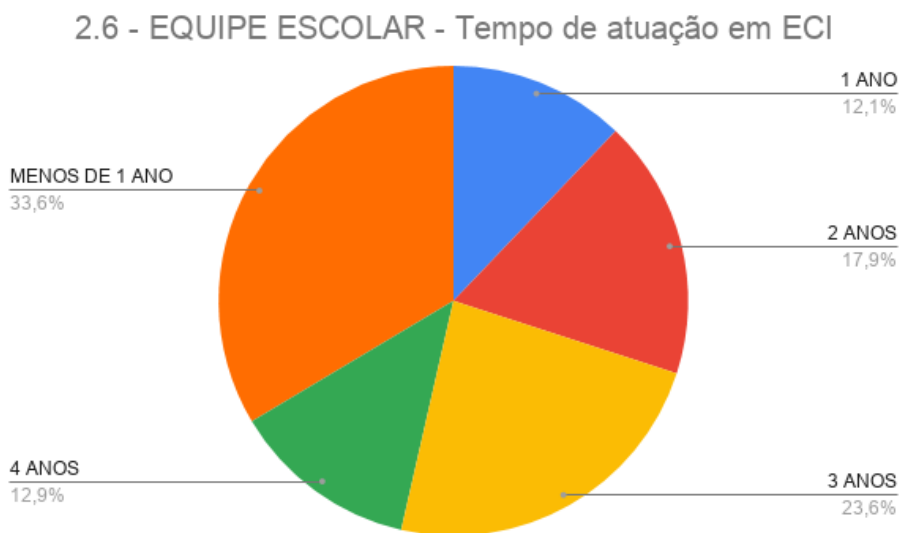
Outro levantamento realizado foi a verificação do tempo de trabalho dos profissionais em duas fases: tempo de serviço na rede e tempo de serviço atuando em uma Escola Cidadã Integral, tendo em vista que as escolas integrais estão em seu 5º ano escolar em implantação na Paraíba. Vejamos os Gráficos 7 e 8:

Gráfico 9 – Tempo de Serviço no Estado



Fonte: Autor

Gráfico 10 – Tempo de serviço em uma Escola Integral



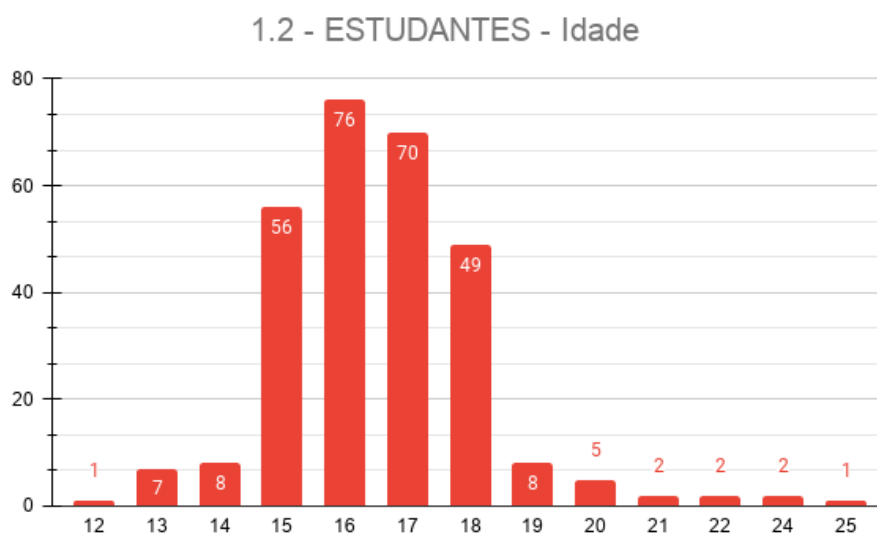
Fonte: Autor

Com esses levantamentos, podemos realizar algumas considerações: o perfil desses profissionais, em sua maioria, são professores graduados e/ou especialistas contratados que ingressaram em uma escola Integral nos últimos 2 anos. Temos uma grande variação na idade desses profissionais, na sua formação e no tempo de atuação na rede estadual de educação. Vale salientar que todos os professores que estão atuando nas escolas integrais necessitam de matrícula para participar do processo seletivo para ingresso em uma ECI e/ou ECIT, tendo atuado pelo menos um ano na rede regular, ou ter ingressado por meio do concurso público.

4.2.2 Estudantes

Ao todo, obtivemos 287 respostas de estudantes. Na consolidação das informações no questionário dos estudantes, observamos que 64,5% dos participantes foram estudantes do sexo feminino, e 35,5% estudantes do sexo masculino. Em relação à idade, observamos muitos estudantes com 16 e 17, totalizando 146 estudantes. Vejamos o Gráfico 11.

Gráfico 11 – Idade dos Estudantes que responderam o questionário

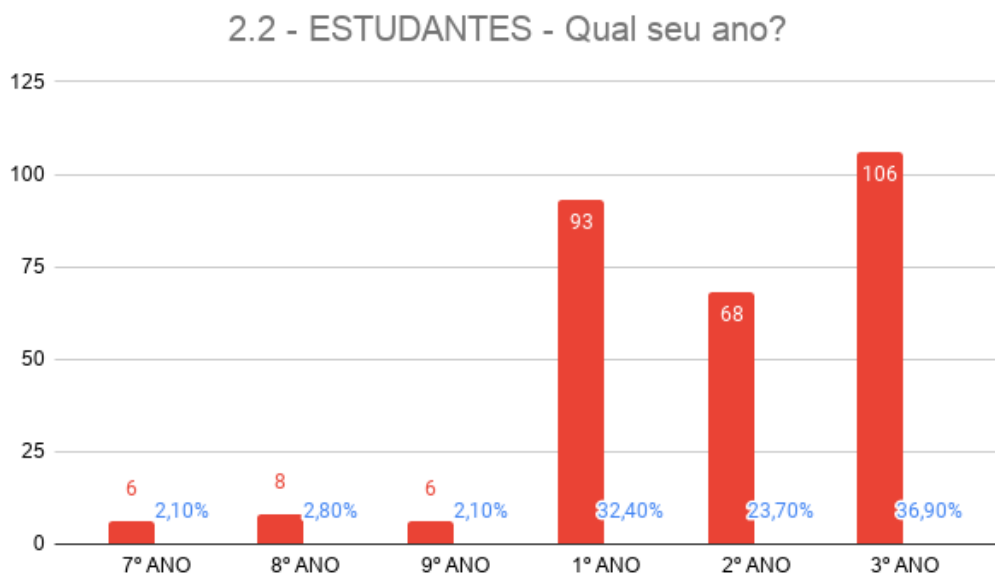


Fonte: Autor

Outra informação levantada para construção do perfil dos estudantes foi qual ano de que eles estão cursando e há quanto tempo estão inseridos do modelo integral, tendo em vista que as escolas estão no 5º ano escolar, ou seja, 4 anos de expansão.

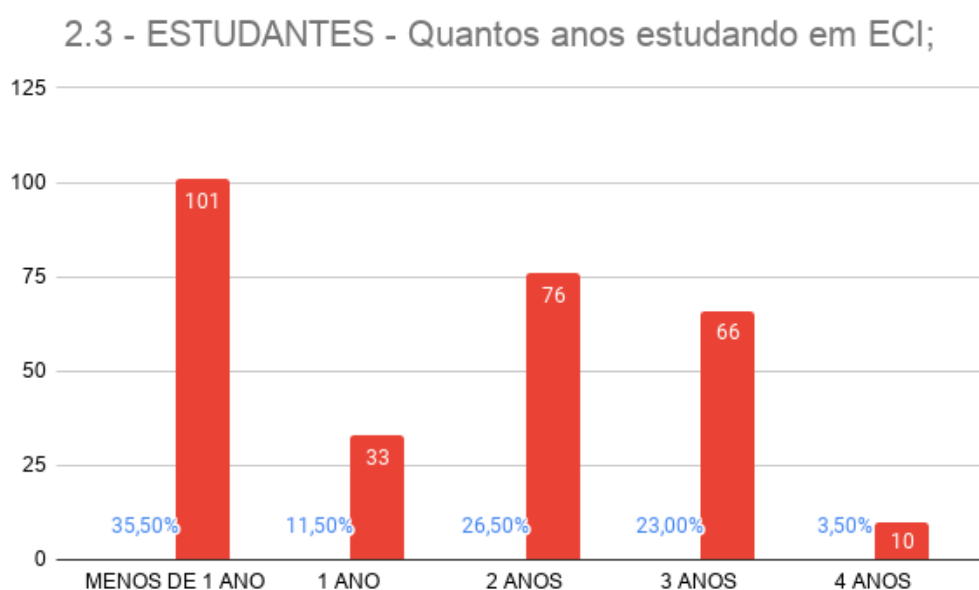
Observamos que a maioria dos estudantes que participaram da pesquisa estão no Ensino Médio, sendo 36,9% do 3º ANO, e destes que foram pesquisados, cerca de 35, 5% estão a menos de 1º ano no modelo Integral, conforme nos mostram os Gráficos 12 e 13.

Gráfico 12 – Ano que está cursando



Fonte: Autor

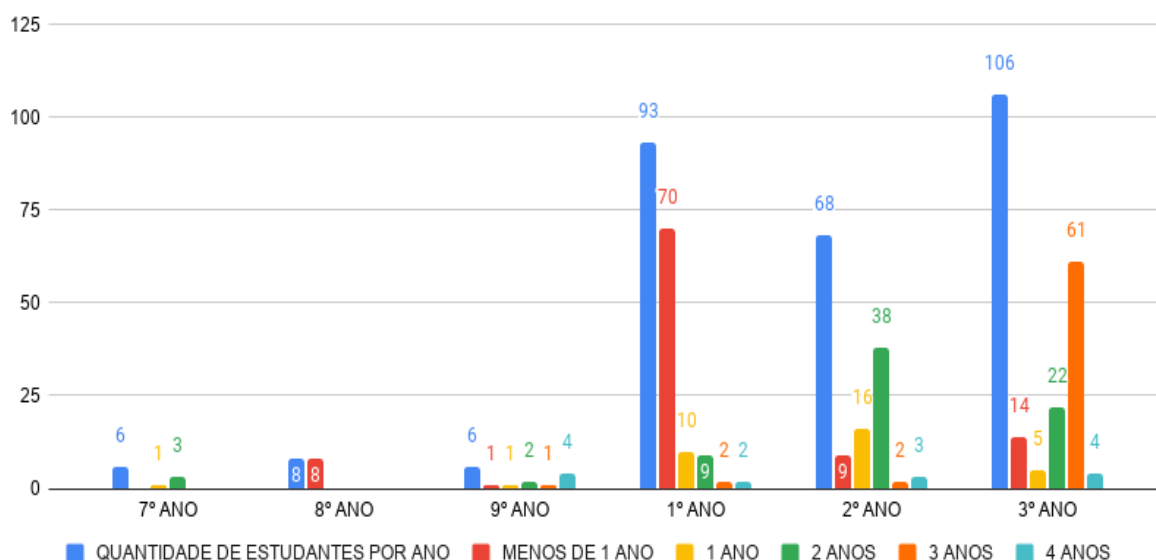
Gráfico 13 – Quantos anos estudando em uma ECI



Fonte: Autor

Realizamos um cruzamento das informações, com ano de curso e quanto tempo estudando no modelo integral, assim evidenciamos que a maioria dos estudantes que participaram da pesquisa, são estudantes do 1º ano do Ensino Médio que estão em seu 1º ano de escola integral, representando 24,5% dos 287 questionários recebidos, conforme mostra o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Ano de curso X tempo de estudo em uma ECI



Fonte: Autor

Assim, temos a seguinte constatação, a maior parte dos estudantes participantes da pesquisa estão distribuídos pelo 1º 2º e 3º ano do Ensino Médio, estando no modelo integral a menos de 1 ano. Assim, podemos tanto verificar informações e percepções de estudantes que estão a mais tempo no modelo, como também dos recém ingressos no modelo integral.

4.3 Análise das respostas

As perguntas foram realizadas a fim de coletar dados quantitativos para a geração de gráficos facilitando a leitura das informações, quanto para gerar respostas qualitativas, por meio do preenchimento da caixa de texto no Google Forms para mesclar e analisar como um todo as informações a fim de compreender a percepção dos vários atores envolvidos nessa pesquisa, de alguma forma, com a escola integral.

4.3.1 Resposta Qualitativas e Quantitativas da Equipe Escolar

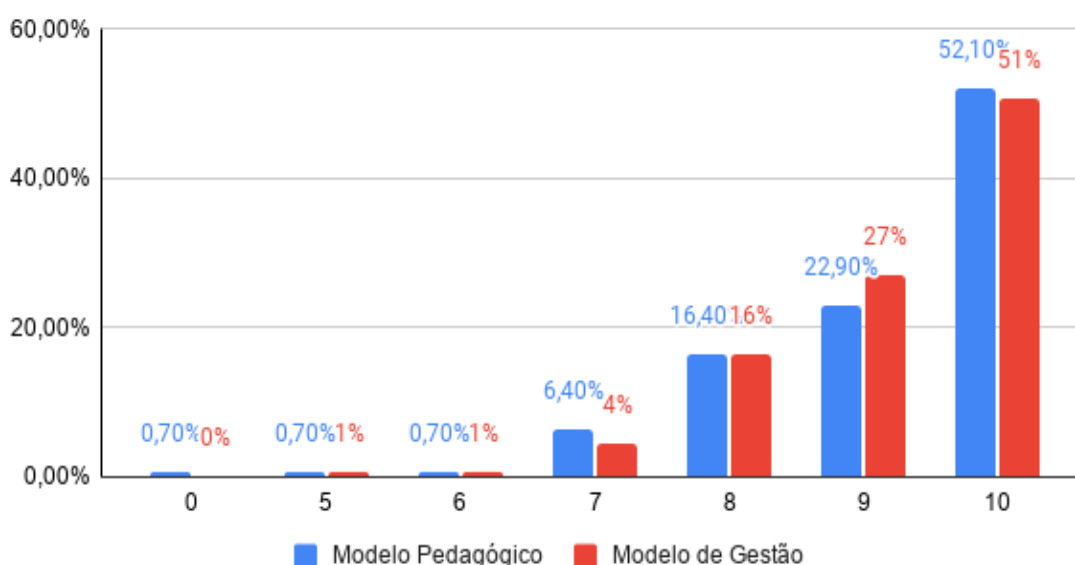
No capítulo 2, especificamente no item 2.3, discorreremos um pouco sobre a lei Nº 11. 100 de 06 de abril de 2018 que institui o Ensino Integral no Estado. Observamos que ela traz um ideal de integralidade formativa, como também algumas alterações na organização escolar que pode configurar desgastes dos profissionais envolvidos no processo de transição entre o modelo regular e integral. A lei ainda traz as atribuições de cada profissional que irá atuar nas ECI, seja Professor, Gestor, Coordenador Pedagógico ou Coordenador Administrativo.

Perguntamos à Equipe Escolar se eles conheciam a lei Nº 11.100, tendo em vista a sua importância para o funcionamento das Escola Integrais Estaduais, assim 90,7% dos pesquisados responderam que a conhecem, sendo que 9,3% respondeu que não conhecia a lei. A importância da lei reside no fato de se regulamentar a existência de uma política pública para Educação Integral Estadual.

Buscamos evidenciar com os profissionais que compunham a Equipes Escolares, como eles avaliavam o modelo, tanto pedagógico como o de gestão. Para verificar o Grau de Aceitação do Modelo. Veja o Gráfico 15.

Gráfico 15 – Avaliação do Modelo Pedagógico e de Gestão pela Equipe Escolar

3. 2 e 3.3 - EQUIPE ESCOLAR - Avaliação do Modelo Pedagógico e do Modelo de Gestão



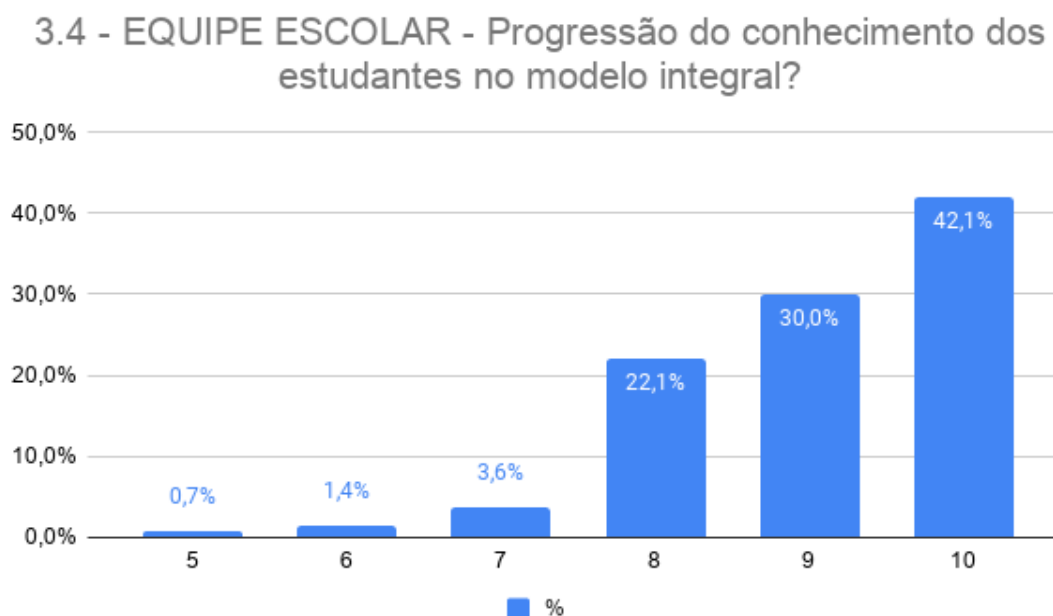
Fonte: Autor

Com 52,1% e 51%, respectivamente, o modelo pedagógico e de gestão possui uma avaliação máxima pelos profissionais que compõe a equipe escolar, mas é necessário então saber dos profissionais se tais modelos contribuem efetivamente para a formação dos estudantes e para a ampliação dos seus conhecimentos, tendo em vista que não é apenas a ampliação de tempo na escola que permite a educação integral, como aponta Gadotti:

Não se trata apenas de estar na escola em horário integral, mas de ter a possibilidade de desenvolver todas as potencialidades humanas, que envolvem o corpo, a mente, a sociabilidade, a arte, a cultura, a dança, a música, o esporte, o lazer etc. (GADOTTI, 2009, p. 98).

Diante disso, realizamos a seguinte pergunta aos participantes dessa pesquisa: Em uma escala de 0 a 10, onde 10 representa o maior grau de satisfação, você enquanto educador, observa algum avanço em relação a progressão do conhecimento dos estudantes no modelo integral? Vejamos o Gráfico 16:

Gráfico 16 – Avaliação da progressão dos conhecimentos dos estudantes pela equipe escolar



Fonte: Autor

Mas precisamos compreender o porquê de tal avaliação, assim questionamos os profissionais o porquê da sua nota quanto à progressão dos conhecimentos dos estudantes. Trazemos na Tabela 3 as principais respostas por nota de avaliação.

Tabela 3 – Respostas dos professores quanto a nota da progressão dos conhecimentos dos estudantes no Modelo Integral

NOTA	FUNÇÃO	Nº	RESPOSTA
5	PROFESSOR	1	NÃO HOUVE RESPOSTA
6	PROFESSOR	1	Falta tempo para o aluno estudar, tendo em vista, que a maioria mora na zona rural e não estuda em casa.
7	PROFESSOR	1	Falta de estrutura das escolas.
	PROFESSOR	2	Falta estrutura física.
	PROFESSOR	3	Adaptação dos estudantes ao modelo.
8	PROFESSOR	1	Ainda não tem como fazer uma avaliação mais detalhada devido a pandemia do corona vírus.
	COORDENADOR	2	Porque os estudantes estão mais engajados e motivados, com vontade de aprender.
	PROFESSOR	3	Os alunos reclamam de cansaço, o que interfere na aprendizagem
	PROFESSOR	4	Falta de interesse por parte da geração em geral.
9	PROFESSOR	5	A nota poderia ser maior se as escolas tivesse mais recursos e as salas de aulas tivesse um número de estudantes compatível com a sua área, ou seja, não fosse super lotadas.
	COORDENADOR	1	O estudo orientado dá aos estudantes uma melhor forma de organizar seus estudos. Além do mais, toda a estrutura curricular favorece a aprendizagem significativa dos educandos.
	PROFESSOR	2	Dedicação exclusiva dos professores e vínculo estabelecido com os estudantes.
	PROFESSOR	3	Estamos mais próximos dos alunos fazendo seu acompanhamento acadêmico com a tutoria, fora toda a parte diversificada e nivelamento que consolida ainda mais o processo de ensino aprendizagem.
10	PROFESSOR	4	O ensino integral oferece maior diversidade de atividades e projetos aos alunos, o que permite a exploração de novas temáticas, habilidades e a contribuição direta para o seu processo de aprendizagem. Dessa forma, o tempo a mais na escola pode contribuir para a formação de estudantes e cidadãos críticos, criativos e participativos.
	PROFESSOR	1	Porque o modelo nos garante a prática de metodologias e propostas inovadoras que priorizam o desenvolvimento das habilidades essenciais para a formação humana e profissional de excelência, que culminam em um bom estímulo do protagonismo juvenil, da cidadania e autonomia dos estudantes.
10	PROFESSOR	2	A busca pela excelência no processo de ensino-aprendizagem aliada ao incentivo do protagonismo juvenil dos estudantes, estimulando à participação efetiva como peça central na escola cidadã em busca de seus projetos de vida. Sempre é destacado os objetivos das práticas não apenas em relação a o currículo, mas na formação cidadã para a vivência social.

	GESTOR	3	Porquê além de trabalhar o conhecimento científico focamos no aspecto humano e social
	PROFESSOR	4	Estamos tornando os estudantes com uma visão holística e preparando os mesmos para a vida profissional e pessoal. Autonomia e liberdade de ser e fazer o que quiser com excelência. É uma construção coletiva!
	PROFESSOR	5	Mais tempo na escola, leva os alunos a manterem maiores relações sociais e maiores desafios de aprendizagens diferenciadas. Mantendo dessa forma um respeito ativo e participativo da sua própria construção cidadã.

Com as principais respostas elencadas na tabela acima, podemos destacar alguns pontos importantes. As avaliações de nota 6 e 7 trouxeram algumas críticas específicas às escolas quanto a sua estrutura física e tempo para estudo dos estudantes. Já as respostas dos profissionais que responderam a partir da nota 8, identificamos tanto críticas, quanto aprovação, além da presença de justificativas acerca da Pandemia da COVID-19.

Nas respostas da nota 8, um professor no comentário 1, cita a problemática da Pandemia do Corona Vírus para fazer uma avaliação dos estudantes inseridos no modelo, possivelmente porque a escola se encontra em seu 1º ano e implantação. Já o coordenador no comentário 2, aponta que os estudantes vêm se “engajando para aprender”, a resposta 3 e 5 mencionam a necessidade de melhores condições para dar respaldo ao fazer pedagógico. As respostas que se sucedem para as notas 9 e 10 trazem trechos mencionando a importância do Estudo Orientado, do Protagonismo Juvenil, da formação cidadã e da construção social dos estudantes.

Quanto à formação cidadã, é importante frisar que uma escola que atua em prol da formação cidadã do estudante é uma escola que o inseri em diversos cenários da cidade e da sociedade como um todo, para que o exercício do ser cidadão seja impulsionado, construindo um novo ideal de cidadania, como afirma Gadotti:

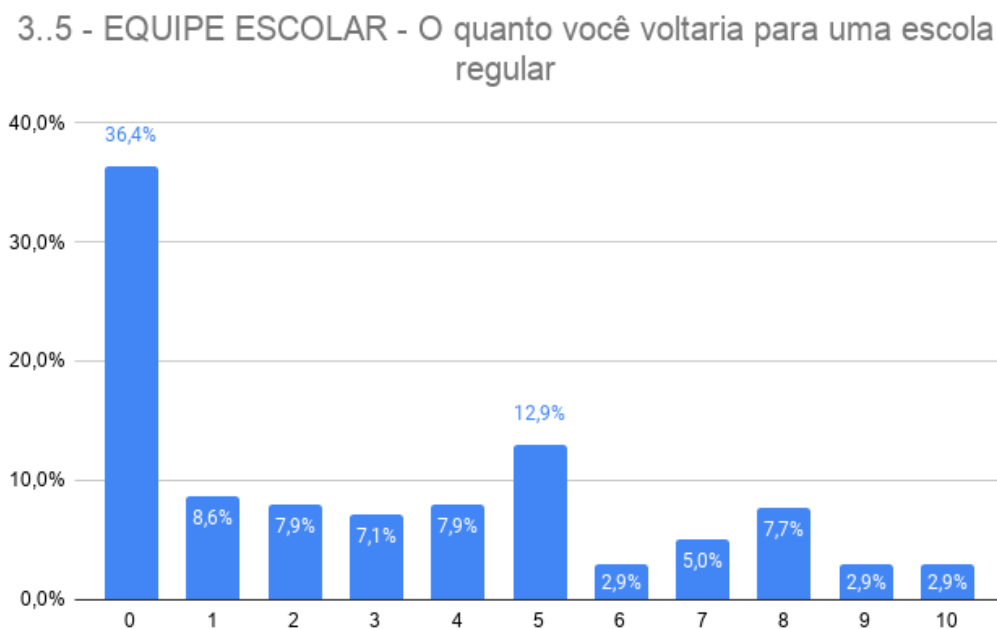
A maior ambição da Escola Cidadã é contribuir na criação das condições para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade, para a defesa de direitos conquistados e a conquista de novos direitos. (GADOTTI, 2009, p. 58).

Mas, para todas essas inovações em processo, a serem implementadas é necessário a atuação dos profissionais da educação, e para a atuação destes, principalmente do professor, é muito importante que eles possam ser valorizados por meio de salários justos, boas condições de trabalho e que possam ser formados continuamente, dentro do modelo integral e de outras ações necessárias.

Assim, perguntamos o seguinte a equipe escolar: Em uma escala de 0 a 10, o quanto você voltaria para uma escola regular? (Quanto mais perto de 10, maior é sua vontade de voltar para uma escola regular).? Em uma escala de 0 a 10, o quanto você está satisfeito com o salário + bolsas.? Em uma escala de 0 a 10, onde 10 representa o maior grau de satisfação, o quanto você avalia a formação continuada para os profissionais de uma escola cidadã integral no estado.

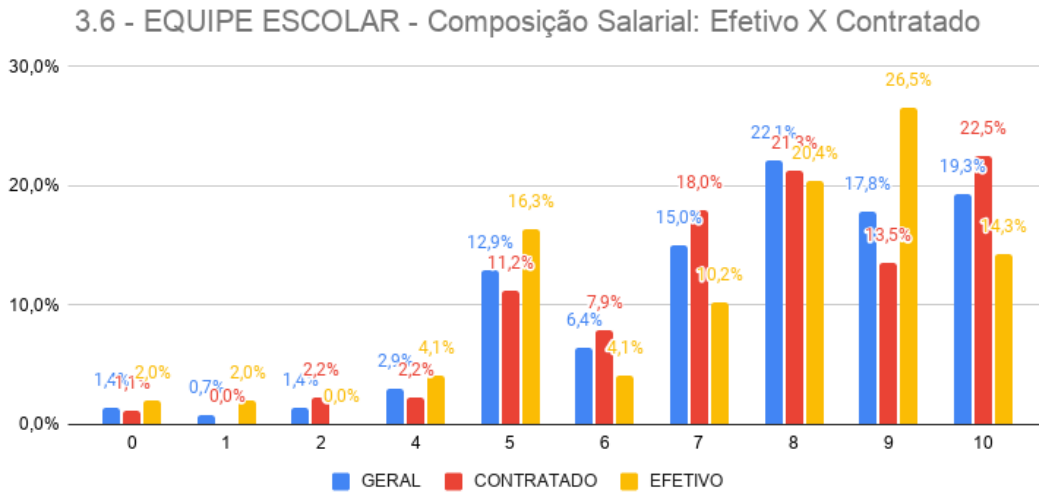
Na primeira pergunta, referente ao retorno para uma escola integral, evidenciamos que 36,4% de profissionais não possuem esse interesse, somando as notas de 0 a 4, teríamos 67,9% de profissionais com tendência a permanecer no modelo. Somando os pesos a partir de 5 a 10, teríamos 34,6% de professores, gestores e coordenadores com o intuito de retornar para uma escola regular. Na pergunta seguinte, quanto à composição salarial, observamos na Tabela 1 como ocorre a composição salarial dos profissionais. Evidenciamos que a avaliação se distancia um pouco da nota 10, principalmente pelos profissionais efetivos, porém com um certo índice de aprovação. Analisemos os Gráfico 17 e 18:

Gráfico 17 – Interesse de retorno para uma escola regular



Fonte: Autor

Gráfico 18 – Satisfação com a composição salarial: Contratados X Efetivos



Fonte: Autor

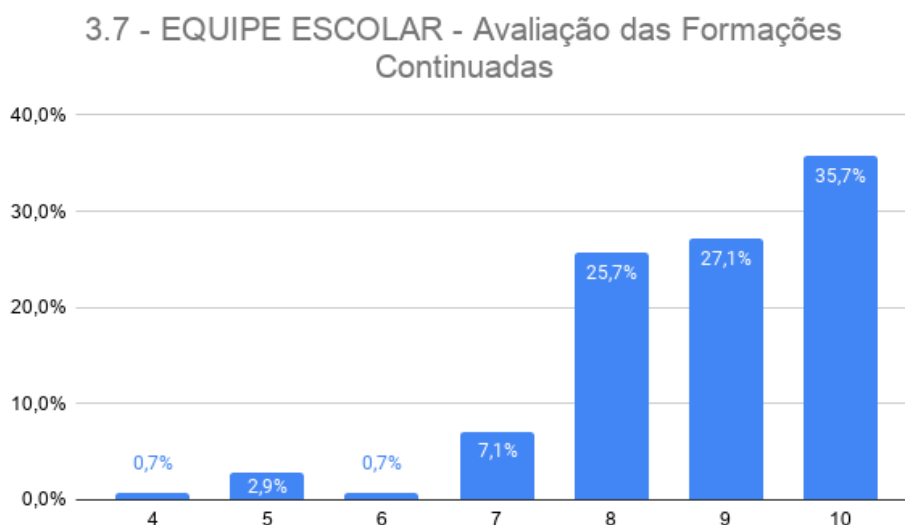
Vale salientar que a composição salarial dos professores contratados, fazendo referência ao gráfico 18, difere do salário dos profissionais efetivos, estes, na pesquisa, tenderam a uma avaliação mais baixa.

Outro ponto que focaliza os profissionais da educação é a formação continuada, que é de suma importância para a atualização dos profissionais da educação alinhados com as inovações no meio educacional, sendo também o fio condutor dessas inovações por meio de suas pesquisas. Gadotti nos diz que:

Para melhorar a qualidade da escola pública é preciso investir na formação continuada do professor. É fundamental reafirmar a dignidade e a “boniteza” (Paulo Freire) dessa profissão, diante da desistência, da lamúria, do desânimo e do mal-estar docente, provocado pela exaustão emocional, pela baixa autoestima e pelo pouco reconhecimento social dessa profissão. (GADOTTI, 2009, p.54).

Assim, buscamos juntamente com os professores evidenciar como eles avaliam o processo de formação continuada que é realizado pela Secretaria Estadual de Educação via Comissão Executiva de Educação Integral. Vejamos o Gráfico 19.

Gráfico 19 – Avaliação da formação continuada nas Escolas Integrais



Fonte: Autor

O modelo Integral no estado traz como premissa a formação continuada para os profissionais da educação. Formações sobre o modelo integral, na área de linguagens, exatas e para as disciplinas da base diversificada. Assim, no item 3.8 do questionário realizado com as equipes escolares, perguntamos qual era o maior desafio a ser enfrentado pela escola, duas apontavam a formação do professor como o maior desafio a ser enfrentado, vejamos: O desafio é a questão dos conhecimentos em relação a esse tipo de ensino. “A melhoria seria com mais formação sobre o trabalho nesse tipo de escola.” (PROFESSOR 1). “Formação preparando o professor para trabalhar as disciplinas da parte diversificada.” (PROFESSOR 2).

Assim, é importante, mais uma vez, compreendermos a importância da formação continuada para essa modalidade de ensino tendo em vista o que ela se propõe a realizar: a mudança no paradigma educacional. Dessa forma, corroboramos com as ideias da autora Branco (2012) em seu artigo: a política de formação continuada de professores para a educação integral:

{...} para atuar na educação integral – segmento ainda inexplorado pela academia e pelas práticas escolares – o professor precisa contar com uma formação continuada diferenciada proporcionada pelos sistemas educacionais: de reorganização interna das escolas que contribua para a busca e a compreensão dos conhecimentos não construídos, e para reflexão coletiva entre seus pares, sobre os seus saberes e práticas sobre e na ação para a construção da sua autonomia e interação profissional. (BRANCO, 2012, p. 252).

impacto na aprendizagem dos estudantes. Arroyo, em seu artigo: o direito a tempos – espaços de um justo e digno viver, traz 7 respostas urgentes que a educação integral precisa entregar a sociedade, ele escreve como resposta Nº 3 a necessidade de:

Dar maior centralidade à construção de espaços escolares públicos dignos, salas de aula, número de alunos, pátios, salas de oficina, de projetos, de esporte lúdicos, artes, música, artesanato, convívios (...) (ARROYO, 2012, p.44).

Para o fomento MEC, as escolas integrais precisam seguir um certo padrão, como possuir Quadra poliesportiva - 400 m², porém nem todas as escolas no Estado possuem o Padrão MEC. Vale salientar que, atualmente, o estado possui 76 escolas integrais que recebem o fomento de acordo com as vagas disponibilizadas, e conseqüentemente seguem o padrão estabelecido pelo MEC.

Outro fator citado nos desafios enfrentados na ECI é o impacto da Pandemia da COVID-19 nas aulas, bem como o processo de adaptação dos estudantes ao modelo, e as atividades à distância. Com 12 citações, a problemática do acompanhamento dos pais a vida escolar dos filhos também é apontado como outro desafio: “A falta de interesse por parte de alguns alunos, poderia melhorar com mais incentivo dos pais. (PROFESSOR 3), O maior desafio é a distância da família no acompanhamento dos filhos. A escola deveria organizar reuniões constantes com os pais, caso não surtisse efeito, deveria ir até eles. (PROFESSOR 4).

Assim, compreendemos o quanto é importante a participação dos pais/responsáveis na vida cotidiana de seus filhos tendo em vista, primeiramente que o ensino integral se dá em todo lugar, inclusive na família. É a primeira comunidade em que o ser humano é inserido, assim Gadotti defende que:

Quando os pais, mães, ou responsáveis, acompanham a vida escolar de seus filhos, aumentam as chances de a criança aprender. Os pais precisam também continuar aprendendo. Se qualidade de ensino é aluno aprendendo, é preciso que ele saiba disso: é preciso “combinar” com ele, envolvê-lo como protagonista de qualquer mudança educacional. (GADOTTI, 2009, p. 52).

Como última pergunta do questionário, resolvemos indagar a equipe escolar se eles possuíam alguma experiência em sus vivências na escola integral que gostariam de compartilhar. Selecionamos algumas falas que constam da Tabela 4.

Tabela 4 – Respostas dos professores quanto um fato marcante vivido na ECI

FUNÇÃO	Nº	RESPOSTA
PROFESSOR	1	Muita coisa boa, mas o que mais me fez feliz é o fato de que 5 alunos que se formaram resolveram fazer Letras e seguir minha profissão; outro caso alunos que viviam em uma condição marginalizada usaram o espaço e o estudo da Escola Cidadã para se afastarem de coisas erradas, como as drogas, graças à disciplina projeto de vida.
PROFESSOR	2	Tivemos algumas histórias impactantes. Temos um ex-aluno que sonhava em participar do gira mundo e concretizar seu projeto de vida como professor de inglês. E foi através da escola cidadã e a integralidade do modelo que o estudante participou do gira mundo e este ano entrou na universidade pra cursar letras inglês.
PROFESSOR	3	Eu sou completamente apaixonada pela educação, e de uma forma especial pelo proposta da escola cidadã, uma vez que tive a oportunidade de ver ao longo desses anos, inúmeras transformações nas vidas de muitos estudantes. Porém entre elas uma história que me marcou profundamente, foi a história de um jovem com praticamente os dois pés na criminalidade, que hoje encontra-se na universidade Federal, trabalhando e sendo protagonista de uma nova história, para sua vida.
PROFESSOR	4	São muitas as histórias vividas nesse modelo de escola, mas o que marcou foi ver um estudante chegar na escola completamente fora do mundo real e com muita conversa e esforço conseguimos fazer dele uma pessoa responsável e que hoje tem sonhos e projetos de vida. Isso é gratificante e nos deixa satisfeito em saber que o trabalho está dando frutos.

Com as respostas do questionário, podemos observar que existe uma compreensão da importância da oferta de educação integral, e que o modelo em questão estaria atuando na formação integral dos nossos jovens, mas ainda encontramos algumas precariedades que requerem atenção. Mamede nos diz que:

Entre as precariedades ou, pelo menos, entre as polêmicas em torno do que vivenciamos, hoje no campo da educação integral, enfrentamos, então, questões, tais como: o alcance da educação integral para todos, as limitações de espaço físico, a precariedade na formação, na contratação, nas condições de trabalho e na remuneração dos profissionais. Todos esses elementos representam aspectos fundamentais, indispensáveis à reflexão e, mais do que isso, à concretização da qualidade da educação. (MAMEDE, 2012, p. 236).

Diante desses desafios, encontramos profissionais, Professores, Gestores e Coordenadores que estão engajados com a mudança paradigmática na educação brasileira, atuando em um escopo mais local, o estadual, apostando em um modelo educacional, vivenciando formações, se aperfeiçoando, sendo críticos, pesquisando e transformando a educação brasileira pois “Escolher a profissão de professor não é escolher um ofício qualquer” (GADOTTI, 2011, p. 30).

No livro “a boniteza de um sonho”, Gadotti expõe os desafios que os profissionais da educação enfrentam com as inovações na educação. A nova geração de professores surge com o desafio de construir uma formação cidadã. Para isso, é importante que ele nunca deixe de sonhar: “não é abandonar o sonho para agir, mas agir em função dele, agir em função de um projeto de vida e de escola, de cidade, de mundo possível, de planeta... um projeto de esperança” (GADOTTI, 2011, p. 115).

4.3.2 Resposta Qualitativas e Quantitativas dos Estudantes

O modelo Integral surge com o intuito de proporcionar uma formação integral ao jovem em todas as suas dimensões, focalizando o seu projeto de vida. Dito isso, buscamos evidenciar no questionário encaminhado aos estudantes como está a sua relação com o modelo integral, ao mesmo tempo que evidenciamos as suas vivências, críticas, sugestões e histórias do seu processo formativo.

Ouvir os estudantes é realizar um processo de escuta atenta, é ouvir aqueles que a política pública de educação integral foi pensada como forma de garantir uma formação cidadã, diante dos desafios impostos pelo século XXI. Perguntamos a eles com avaliavam a importância da ECI para sua formação. Vejamos o Gráfico 20.

Gráfico 20 – Resposta dos estudantes quanto a importância da educação integral na sua formação

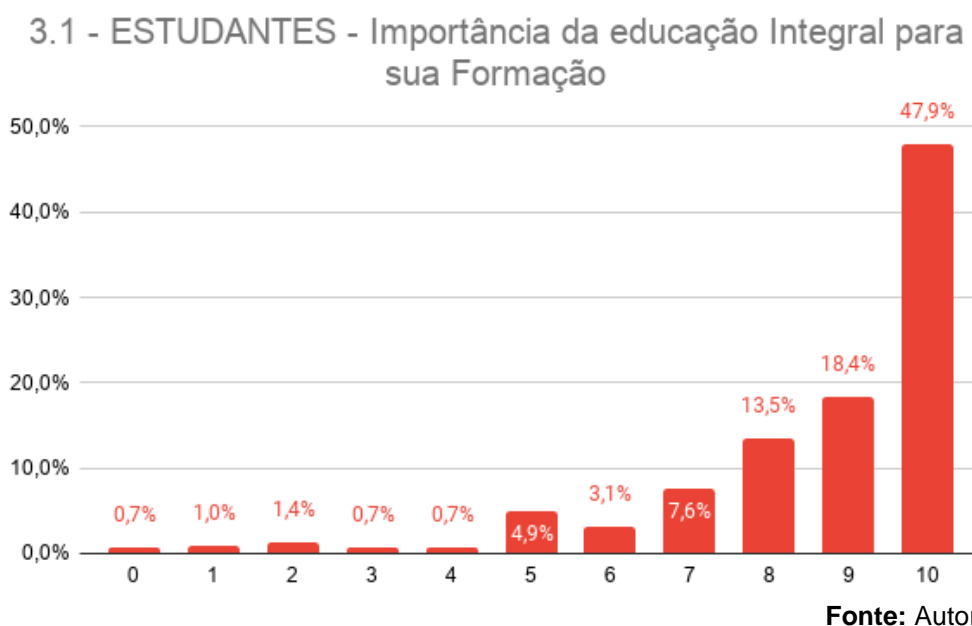


Tabela 5 – Respostas dos estudantes quanto às diferenças do modelo integral para o regular.

ESTUDANTE	RESPOSTAS
Estudante 1	A atenção, o contato dos professores e da gestão no geral com os alunos. A preocupação, e as diversas formas que a escola busca para solucionar os problemas que muitas escolas de modelo regular fecham os olhos ou deixam passar como se não fosse nada. Enfim, diversos fatores.
Estudante 2	A principal característica que faz da escola integral melhor que a regular, é a maior disponibilidade de tempo para se dedicar aos estudos.
Estudante 3	Regular- estudar durante um período do dia e ter mais tempo Integral- estudar o dia todo e não poder resolver as coisas na semana, acaba acumulando tudo pro final de semana, a gente não descansa e volta tudo de novo na segunda
Estudante 4	Quase tudo. Tive a experiência viva de estudar em ambos modelos e vi que a ECIT é 1000 vezes melhor. Eu me tornei uma pessoa mais sociável através de muitas ações da escola que me ajudaram para isso (e essas ações não eram presentes na escola regular), ações como acolhimento diário (e o do início do ano letivo), clube, ELETIVA, liderança... foram super importantes pra mim. Amo minha ECIT ITABAIANA por tudo que ela me proporcionou e modificou em mim (pra melhores).
Estudante 5	O período de tempo, com certeza. A presença dos professores, e o auxílio dos mesmos, em aulas diferenciadas (como eletivas) e na tutoria. A motivação que os clubes dão a mais para ir a escola todos os dias, etc.
Estudante 6	No ensino integral se torna bem mais cansativo pra nós estudantes, em ensino regular nós temos a opção manhã ou tarde pra escolher, ficando mais livre até mesmo pra estudar e pra muitos que tem a necessidade de trabalhar também.

Ao observarmos as falas, podemos destacar, mais uma vez, a citação em relação à importância da presença dos professores na vida do estudante. Ao tornar o tempo integral para operar as ações do currículo, a equipe escolar e os estudantes passam a ter um maior convívio, uma maior troca de relações, o que Costa descreve como sendo a pedagogia da presença, necessária ao educando:

Sem esse envolvimento, o seu estar junto do educando não passará de um rito despido de significação mais profunda, reduzindo – se à mera obrigação funcional ou a uma forma qualquer de tolerância e condescendência, de modo a coexistir mais ou menos pacificamente com os impasses e dificuldades do dia a dia dos jovens sem empenhar-se, de forma realmente efetiva, numa ação que se pretende eficaz. (COSTA, 1991, p.17).

Além da participação ativa dos professores na vida escolar dos estudantes, eles citam também ora o tempo para estudos, ora a problemática de não ter tempo para estudar e para trabalhar por conta da jornada de nove horas diárias. Outro ponto citado também foi a importância da construção de seus Projetos de Vida a partir da atuação do professor no acompanhamento desse processo. Projeto de Vida figura na nova BNCC e surge com a seguinte orientação:

acabamos perdendo algumas aulas e explicações. Não sei uma maneira de resolver o problema da internet.” (ESTUDANTE 2)

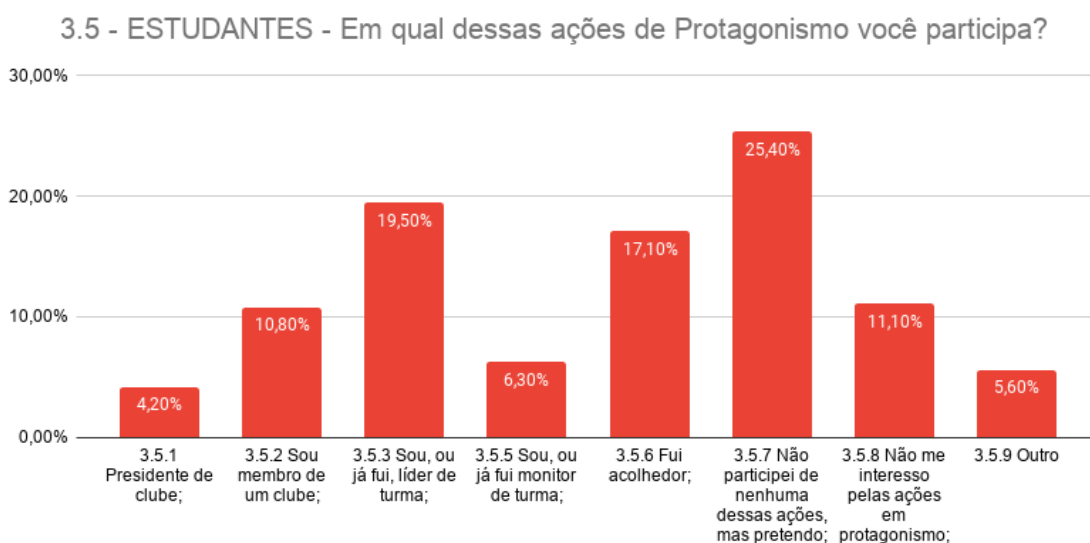
A fala do estudante 1 traz a realidade de muitos jovens que ingressam no modelo integral em seu 1º ano, sendo inserido em um processo de adaptação a nova rotina escolar. Tal processo é vivenciado por todos os integrantes da escola no 1º ano de implantação. A partir do 2º ano, com os processos mais consolidados os estudantes veteranos passam a acolher os novatos em ações protagonistas.

Aliás, a atuação protagonista na escola integral vem sendo influenciada por uma série de ações que inserem o jovem como ator principal das atividades a serem desenvolvidas no cotidiano escolar. Tais concepções do protagonismo Juvenil são influenciadas pelo pensamento de Antonio Carlos Gomes da Costa. Para ele, a adolescência é um momento de travessia onde o jovem experimentará um período de transição entre heteronomia e a autonomia, ele expõe que:

O protagonismo Juvenil diz respeito a atuação construtiva e solidária do jovem junto a pessoas do mundo adulto (educadores), na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla. (COSTA, 2006, p. 22).

Buscamos, então, averiguar com os jovens se eles estão inseridos em algumas das ações protagonistas na ECI, ou se tem interesse e quais são essas ações, por exemplo as de líderes de turma ou presidentes de clube, vejamos o Gráfico 21:

Gráfico 21 – Participação dos Estudantes em Ações de Protagonismo



Fonte: Autor

Sabores", se tratava da criação de uma horta solidária na escola, aprendemos a cultivar alguns tipos de adubo, pegamos responsabilidade e cuidado com tudo que construímos e hoje nossa escola é bem mais verde, assim também como nossas casas, pois fomos instruídos a repassar o conhecimento aprendido. (ESTUDANTE 4).

Estaria, então, essas disciplinas aliadas ao ideal de formação integral? É importante pensarmos que uma educação para a integralidade do ser requer uma construção curricular alinhada com as várias necessidades e potencialidades das dimensões humanas. Padilha nos diz que o currículo não deve ser encarado mais como simples propostas de conteúdo, mas sim entender que ele:

{...} apresenta-se agora como um processo amplo, complexo que deve considerar não apenas o que se deve saber, mas o como e também o para que aprender, por que aprender e mesmo quem deve aprender este ou aquele conhecimento. (PADILHA, 2012, p.196).

Observando a fala dos estudantes, e a citação de Padilha, podemos mencionar a eletiva, como uma das inovações curriculares, sendo uma disciplina desenvolvida unicamente pelo professor, onde a partir do projeto de vida dos estudantes e seus interesses, é pensado na elaboração de ações, para que os mesmos desenvolvam determinadas habilidades que foram previamente observadas pelo professor, como itens necessários para sua formação.

Ao final do questionário, perguntamos aos estudantes se houve e quais foram as experiências que eles tiveram na escola integral que os marcou ou vêm marcando. Dentre as demais experiências, trouxemos as seguintes: "Me tornou uma pessoa mais sociável e preparada, me fez amar Humanas e querer seguir a carreira, bem como trazer um enorme sentimento de futuramente me tornar professor de História em uma ECI." (ESTUDANTE 5), "A ECIT na parte diversificada, mas especificamente na parte de eletiva me fez me encontrar dentro da música." (ESTUDANTES 6), "Uma história que me marcou... acho que foi a minha primeira aula de libras que tive quando escolhi a eletiva de uma professora de espanhol. Foi o meu primeiro contato com a língua e foi muito LEGAL." (ESTUDANTE 7)

Diante das falas dos estudantes e das demais informações que foram coletadas e apresentadas nesse item, identificamos uma série de especificidades na visão dos pesquisados que colocam a Escola Cidadã Integral enquanto um potencial inovador na educação, em matéria de currículos, práticas e ações, como também um modelo

que requer atenção quanto ao processo de implantação e de adaptação dos estudantes que passam a vivenciar integralmente o ambiente escolar.

4.3.3 IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é o principal dado nacional para a verificação do desenvolvimento educacional do país. O IDEB é um diagnóstico que acontece a cada dois anos através de avaliações desenvolvidas pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

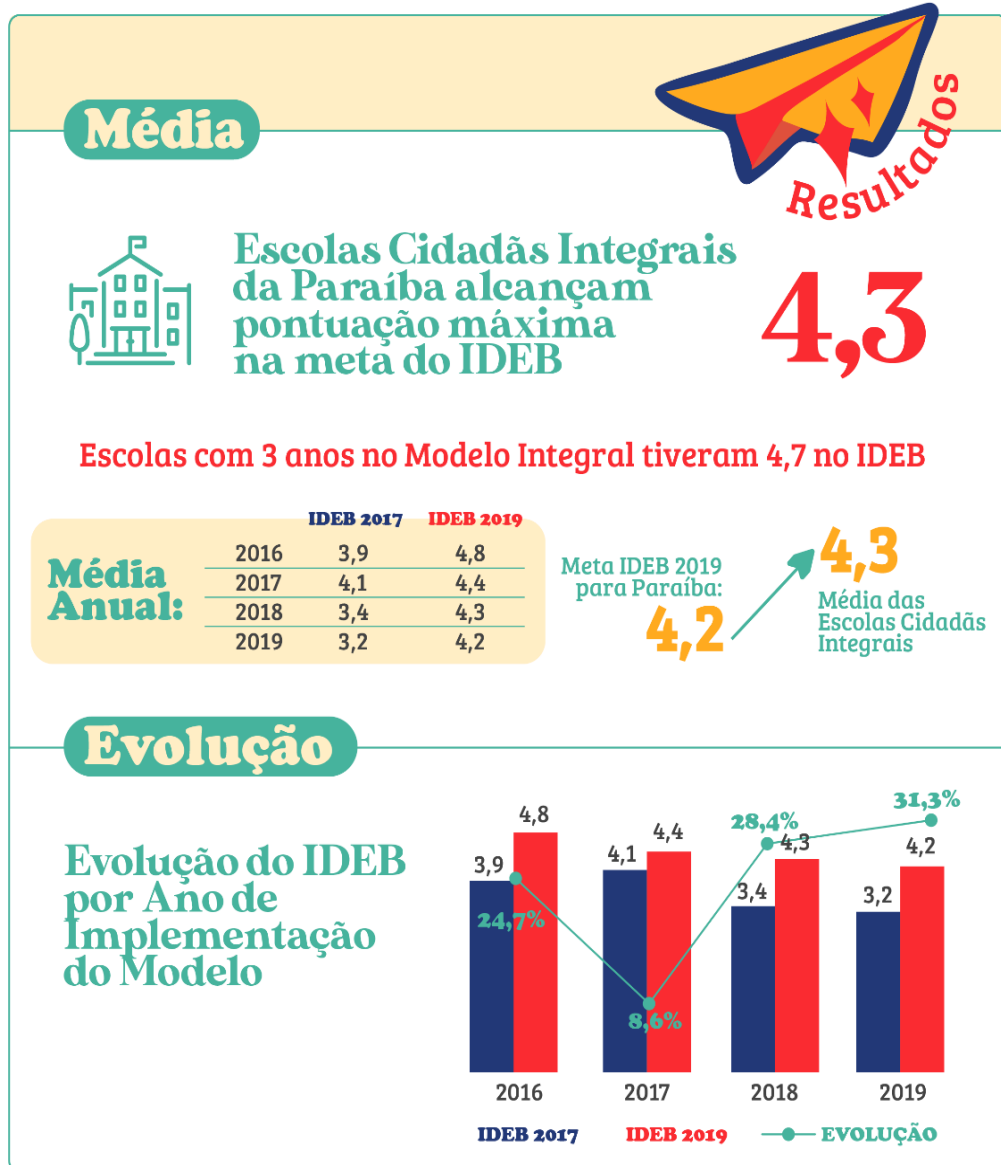
O Saeb compreende três avaliações: a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), a Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica) e a Anresc (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), mais conhecida como Prova Brasil. Além dos resultados das avaliações, o IDEB também considera o fluxo a partir dos dados apresentados via Censo Escolar, que é consolidado anualmente.

De modo simplificado, o cálculo pode ser expresso da seguinte maneira: $IDEB = N \times P$. Nessa expressão, N corresponde à média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, obtida a partir do Saeb (ou da Prova Brasil). O valor de N pode variar entre 0 e 10. O indicador P, por sua vez, refere-se ao rendimento escolar. Isso significa que ele considera as taxas de aprovação e reprovação de instituição. Ele é calculado da seguinte forma: $P = 1/T$. Nesse caso, T é o tempo médio de permanência dos alunos na série.

Se, por exemplo, os alunos de uma escola precisam de em média dois anos para serem aprovados em determinada série, então $P = 1/2$, ou $P = 0,5$. Isso significa que uma escola que tem altas taxas de repetência vai receber um indicador P mais baixo. O valor de P pode variar entre 0 e 1, mas o mais indicado é que tanto T quanto P sejam próximos de 1. Assim, se uma escola que apresentou uma proficiência em português e Matemática (N) igual a 8,0 e se os alunos precisam de em média 2 anos para completar uma série (T), tem-se: $Ideb = N \times P$, $Ideb = 8,0 \times 1/2$, $Ideb = 4,0$.

Assim como todas as escolas do País, as escolas Integrais também são submetidas à realização da avaliação do SAEB e a prestação de informações do censo para compor a nota geral do IDEB. A última verificação do IDEB foi realizada no ano de 2019 e teve seus dados publicados no dia 15 de setembro de 2020. Vejamos alguns resultados das escolas integrais no Estado da Paraíba na Figura 17.

Figura 17 – Resultados do IDEB 2019



Fonte: Autor

A meta para o Estado da Paraíba era de 4,2 para 2019, porém o estado atingiu apenas 3,8, sendo que no recorte das escolas integrais, essas obtiveram a nota de 4,3, observando uma constante na evolução do IDEB por ano de implantação. Quanto mais tempo de Educação Integral, mais parece que as escolas evoluem na nota.

Das 12 primeiras escolas públicas no estado da Paraíba de Ensino Médio, 8 foram escolas integrais, tendo significativa evolução entre 2017 e 2019, pós implantação do modelo Integral. Vejamos o Ranking das escolas na Tabela 6.

Tabela 6 – Top 12 das escolas com as maiores notas do IDEB 2019

Nº	ESCOLA	IDEB 2017	IDEB 2019	CIDADE DA ESCOLA
1	UFCG - ESCOLA TECNICA DE SAUDE DE CAJAZEIRAS	5,4	6,2	Cajazeiras
2	ECIT MELQUIADES VILAR	2,7	5,8	Taperoá
3	IFPB - CAMPUS ITAPORANGA	-	5,7	Itaporanga
4	IFPB - CAMPUS PATOS	-	5,6	Patos
5	ECI MESTRE JULIO SARMENTO	4,5	5,5	Sousa
6	IFPB - CAMPUS MONTEIRO	-	5,4	Monteiro
7	ECITE DOUTOR TRAJANO NOBREGA	-	5,3	Soledade
8	ECITE CONSELHEIRO JOSE BRAZ DO REGO	3,4	5,3	Boqueirão
9	ESCOLA CIDADADA INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO MONSENHOR MANOEL VIEIRA	4,4	5,3	Patos
10	ECI FRANCISCA ASCENSAO CUNHA	-	5,2	João Pessoa
11	ECI ANTONIO COELHO DANTAS	4,7	5,2	Nova Palmeira
12	ECIEEFM MONSENHOR VICENTE FREITAS	5	5,2	Pombal

FONTE: MEC, 2012

Mas, mesmo sendo um dos principais dados que identificam o índice educacional no país, ele não pode ser considerado o único e o mais assertivo para averiguar a educação e formação Integral dos estudantes, pois, em sua composição, ele só avalia, basicamente, a proficiência em leitura e resolução de problemas matemáticos, deixando de lado todas as outras habilidades sociais e pessoais que os estudantes adquiriram no decorrer de sua jornada escolar. Chirinéa e Brandão, no artigo: O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados expõe que:

A complexidade do processo educativo não pode ser reduzida a alguns produtos que podem ser mensuráveis ou visíveis, e que servem para fornecer resultados significativos por meio de testes padronizados. Essas medidas tornam a perspectiva da qualidade educacional limitada, por não considerar outros fatores além do desempenho estudantil. (CHIRINÉA E BRANDÃO 2014, p. 461).

É necessário um indicador que possa refletir as várias habilidades e evoluções que as escolas vêm apresentando por meio da formação de seus estudantes nos últimos anos. Para isso, com dados mais assertivos, os estados, como a Paraíba, possam tomar como ponto de partida, alinhada com seus próprios indicadores, ações para melhoria contínua de suas políticas públicas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a educação Integral no Brasil, seja ela pensada apenas para um tempo integral (tempo a mais na escola), para formação integral ou para formação integral em tempo integral, vem sendo pensada como uma forma de melhoria da qualidade da educação pública, para “entregar” à sociedade um ser formado em suas várias dimensões, para atuar na esfera social, pessoal e produtiva.

Tratado com um direito biológico pelo movimento Escola Nova, a educação integral tomou vários rumos durante a sua trajetória, tendo grande expressão nos governos do PT, por meio do Mais Educação, uma política nacional de educação integral que foi descontinuada em 2019 na gestão de Bolsonaro. Infelizmente, esse parece ser o lugar-comum da maioria das políticas públicas de educação integral no Estado Brasileiro: a descontinuidade das ações a cada novo governo.

Na Paraíba, influenciados pelo Plano Nacional de Educação, observamos que, a partir do ano de 2016, a educação integral tomou forma em um modelo pernambucano desenvolvido pelo ICE, uma parceria público-privada encerrada no ano de 2019, momento em que a Paraíba implementou, no modelo-base, as suas especificidades estaduais no currículo e nas práticas para a formação dos estudantes.

Além disso, desde 2018, temos um modelo educacional assegurado pela lei estadual nº 11.100 que traz, em seu texto, um caráter de integralidade formativa, as especificações para implantação do modelo e condução das ações, trazendo dois pontos de vista específicos da crítica: a melhoria educacional com os dados verificáveis de forma quantitativa, e qualitativas por meio dos avanços educacionais refletida na fala de professores e estudantes, com o apoio de uma parcela da comunidade escolar e os embates quanto à implantação, a horário, adaptação dos envolvidos, estrutura escolar, movimentação e remuneração de profissionais.

O modelo pedagógico e de gestão em sua estrutura, a partir das observações realizadas nas respostas de estudantes e professores estão trazendo inovação e exercendo seu papel de gerir e conduzir a formação dos estudantes. A disciplina de Projeto de Vida, assim como outras dos componentes diversificados, possibilita ao estudante um autoconhecimento e planejamento da vida para além de uma simples carreira profissional, projetando-lhe para a vida pessoal e social.

Entretanto, há ainda muito a ser debatido, as escolas ainda apresentam desafios, precisam atender as demandas dos envolvidos no processo em suas

solicitações como, por exemplo, tornar mais fácil a adaptação ao modelo. É importante que as equipes escolares e de implantação estadual, por meio da Secretaria de Educação, visualizem novas estratégias que tornem esse processo de transição menos danosa a professores, estudantes e comunidade no geral.

Já em relação à formação de professores, é importante a continuidade e a ampliação das formações continuadas para os profissionais das escolas integrais, e daquelas que serão implantadas, a fim de que eles compreendam a sua importância como fio condutor das ações para o desenvolvimento de uma educação integral na escola, pois não basta querer que a educação seja integral, ela precisa ser de caráter atitudinal, precisa permear nosso planejamento e a prática enquanto educador, nossas ações, nossas avaliações.

Quanto às questões estruturais, é importante compreendermos que toda e qualquer escola em qualquer modelo deve apresentar as condições necessárias para ofertar uma educação, com espaços para a experimentação e desenvolvimento das várias potencialidades humanas. Assim, no modelo integral, é importante a priorização do estado na construção, adaptação e revitalização de espaços escolares com finalidades educativas e de espaços de convivência.

O processo de avaliação e de melhoria da política pública de educação integral paraibana deve ser contínuo, a fim de garantir o que ele se propõe. Para isso, deve ser ampliado o diálogo com as comunidades em implantação do modelo deve ser ampliado, com as escolas, com os profissionais da educação, com segmentos dos movimentos educacionais e com os estudantes, encarados como protagonistas do processo.

São inegáveis os avanços quantitativos, mais especialmente qualitativos no que tange à oferta de educação integral por meio das Escolas Cidadãs Integrais na Paraíba, mas o processo não está consolidado. Os resultados educacionais, em grande parte, não são visualizados a curto prazo e nem são obtidos sem a participação de todos. O diálogo deve ser a base da pavimentação de uma educação pública de qualidade a fim de que se consiga formar jovens que, alicerçados em seu projeto de vida, se tornem agentes transformadores do seu meio social.

REFERÊNCIAS

ANDES. **A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei nº 13.415/2017**. Brasília, Jun. 2017 Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1049083919.pdf> . Acessado em 09 de ago. de 2020.

ARROYO M. G. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, J. (Org). **Caminhos da educação no Brasil: direito a outros tempo e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33 – 45.

AZEVEDO, F. et al. **O manifesto dos pioneiros da educação nova**. São Paulo: Nacional, 1932.

BARRETO, H. C. A. UGLAR, A. M. **Movimento Anarquista na Educação Brasileira**. Revista Brasileira de Iniciação Científica, Itapetininga, v. 3, n. 4, 2016. P. 103 – 132

BORTOLINI, R. W. NUNES, C. **A Paideia grega: aproximações teóricas sobre o ideal de formação do homem grego**. Campinas, SP, v.10, n.1, p.21-36, jan./abr. 2018, p. 21 – 36

BRANCO, V. A política de formação continuada de professores para a educação integral. In: MOLL, J. (Org). **Caminhos da educação no Brasil: direito a outros tempo e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 246 – 257.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 7, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016. Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos de fomento à implantação de escolas de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22067164/do1-2016-11-04-resolucao-n-7-de-3-de-novembro-de-2016-22067066 . Acessado em: 02 de ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI Nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf . Acesso em 11 de out. de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI Nº 13.415/2017 – INSITUI A REFORMA DO ENSINO MÉDIO**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/602639/publicacao/15657824> . Acessada em 13 de out. de 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016 que Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo**

Integral. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-145-de-10-de-outubro-de-2016-22055471-22055471> . Acessado em 01 de ago. de 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA Nº 971 que Institui o Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/1634-port-971/file> . Acessado em: 11 de out de 2020.

CATRACA LIVRE. **Conheça o projeto educacional da Paraíba que é referência mundial.** Disponível em <https://catracalivre.com.br/educacao/conheca-o-projeto-educacional-da-paraiba-que-e-referencia-mundial/>. Acessado em 05 de novembro de 2020.

CHAGAS, M. A. M. SILVA, R. J. V. SOUZA, S. C. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro: contribuições para o debate atual. In: MOLL, J. (Org). **Caminhos da educação no Brasil: direito a outros tempo e espaços educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012. P. 72 – 81.

COELHO, L. M. C. C. **Educação Integral e Integralismo.** Rio de Janeiro, v. 18, no 1-2, , jan/dez 2005 – p. 83-94.

COELHO, L. M. C. Formação continuada do professor e tempo integral: uma parceria estratégica na construção da educação integral. In: COELHO, L. M. C.; CAVALIERE, A. M. V. (Org.). **Educação brasileira e(m) tempo integral.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. P. 133 – 146.

CONSED. **Governo expande Escolas Cidadãs Integrais e transforma a educação pública na Paraíba.** Disponível em <http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/governo-expande-escolas-cidadas-integrais-e-transforma-a-educacao-publica-na-paraiba> . Acessado em 06 de novembro de 2020.

COSTA, A. C. G. **Por uma pedagogia da presença.** Brasília, 1991.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

ERNICA, M. Percurso da educação no Brasil. In: CENPEC. **Tecendo redes para Educação Integral.** São Paulo, 2006. P. 12-31.

FERREIRA, L. M. R. **Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937).** UFB – Salvador/BA. Jan 2006. 134 p.

GADOTTI, M. **A boniteza do saber, ensinar e aprender com sentido.** 2. ed. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil: inovações em processo.** – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

ICE. Inovações em Conteúdo, Método e Gestão: **Rotinas e Práticas Educativas** : 2ª ed. Recife, PE, 2019. 62 p.

ICE. **Livreto Institucional**. Disponível em: http://icebrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Livreto_Digital_Institucional.pdf Acessado em: 08 de ago. de 2020

ICE. **Modelo de Gestão: Tecnologia de Gestão Educacional**: 2ª ed. Recife, PE, 2019. 74 p.

ICE. **Modelo pedagógico: princípios educativos**. 2ª ed. Recife, PE, 2019. 50 p.

JORNAL DA PARAÍBA. **Em João Pessoa escola implanta tempo integral e perde 90% dos seus alunos**. Disponível em: https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/em-joao-pessoa-escola-implanta-tempo-integral-e-perde-90-de-seus-alunos.html . Acessado em 07 de novembro de 2020.

LEITE, L. H. A. CARVALHO, L. D. PIMENTEL, A. P. F. **Curso de aperfeiçoamento em docência em Escola de Tempo Integral**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 44p.

LEITE, M. E. P. **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PARAÍBA: Uma análise da política educacional sob a égide da racionalidade neoliberal**. João Pessoa, 141 p. Fev, 2019.141 p.

MAGALHÃES, M. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco cria, experimenta e aprova**. – São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008. 136 p.

MAMEDE, I. A integração da universidade para a formação em educação integral: muitos desafios, várias possibilidades. In: MOLL, J. (Org). **Caminhos da educação no Brasil: direito a outros tempo e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 235 – 245.

MOLL, J. A política de Educação Integral no Brasil: Mais Educação. In: CENPEC. **Colóquio Educação Integral**. São Paulo, 2010. p. 70-79.

PARAÍBA. **Edital nº 043/2019–GS/SEECT - Processo eletivo simplificado para a função de Professor, Coordenador Pedagógico e Coordenador Administrativo-Financeiro das Escolas Cidadãs Integrais e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas**. Disponível em: <https://sites.google.com/view/eciprocessoseletivo19/editais> Acessado em: 07 de ago. de 2020.

PARAÍBA. **Escola Cidadãs Integrais**. Disponível em: <https://sites.google.com/view/ecipb> . Acessado em 05 de Mar. 2019.

PARAÍBA. **LEI Nº 10.488 DE 23 DE JUNHO DE 2015 - Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências**. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Lei-n%C2%BA-10.488-Plano-Estadual-de->

[Educa%C3%A7%C3%A3o-ANEXO-DO-PLANO-ESTADUAL-1-3-1.pdf](#) Acessado em: 07 de ago. de 2020

PARAIBA. **LEI Nº 11.100 DE 06 DE ABRIL DE 2018. Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas – ECIS e institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências.** Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2018/04/Diario-Oficial-12-04-2018.pdf> . Acessado em 05 de mai. de 2020

PARAIBA. **Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 – 2025).** João Pessoa, 2015.

PARAÍBA. Secretaria Estadual de Educação. Comissão Executiva de Educação Integral. **Diretrizes operacionais das Escolas Cidadãs Integrais.** 2020

RODRIGUES, A. C. S. **ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL: proposições curriculares para jovens do ensino Médio.** João Pessoa, v.12, n.1, , jan./abr. 2019. p. 139-152

SANTOS, J. J. e SILVA, P. C. **Professores em ação: em busca de uma educação de excelência.** São Paulo: Uiclap, 2020. 154 p.